



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**O Sentido do Sofrimento:**  
**Narrativas Midiáticas da Corrupção Política**

Fernando Velasco  
Dissertação de mestrado

Rio de Janeiro  
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**O Sentido do Sofrimento:  
Narrativas Midiáticas da Corrupção Política**

Fernando Velasco

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Rio de Janeiro  
2014

## **O Sentido do Sofrimento: Narrativas Midiáticas da Corrupção Política**

Fernando Velasco

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura (linha Mídia e Mediações Socioculturais).

**Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2014.**

---

Prof. Dr. Mauricio Lissovsky

Escola de Comunicação/UFRJ

---

Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos/UERJ

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Escola de Comunicação/UFRJ

Rio de Janeiro  
2014

## CIP - Catalogação na Publicação

V433s Velasco, Fernando  
O Sentido do Sofrimento: Narrativas Midiáticas da  
Corrupção Política / Fernando Velasco. -- Rio de  
Janeiro, 2014.  
95 f.

Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de  
Pós-Graduação em Comunicação, 2014.

1. Sofrimento. 2. Narrativa. 3. Mídia. 4. Corrupção.  
5. Política. I. Gibaldi Vaz, Paulo Roberto , orient.  
II. Título.

## **Agradecimentos**

Ao Paulo, orientador de muito mais do que essa dissertação

Ao meu pai, pelo exemplo e suporte

À minha mãe, pelo incentivo e disponibilidade

À Luciana, pelo carinho e coragem de chegar perto

Ao Maurício, por muitas e muitas coisas

Ao Fabiano, pela confiança e generosidade

Ao Pim, pela interlocução e amizade

## **Resumo**

Velasco, Fernando. O Sentido do Sofrimento: Narrativas Midiáticas da Corrupção Política. Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 95f.

Nietzsche argumenta que o problema do sofrimento humano não está no sofrimento em si, mas em sua ausência de sentido. Em cada cultura ou momento histórico, a atribuição de sentidos ao sofrimento constitui necessidade existencial aos sujeitos. Designar sentido ao sofrimento significa torná-lo explicável, percorrê-lo em suas causalidades, produzir sua narrativa. Entre todos os possíveis, as diferentes culturas escolhem os sofrimentos que privilegiam. Selecionam também as explicações que tipicamente atribuem a eles. Uma vez que a mídia configura espaço de aprendizado coletivo de sentidos, as narrativas postas em circulação pelos meios de comunicação expressam e atuam tanto nas escolhas quanto no desígnio de explicações ao sofrimento. O noticiário brasileiro atual indica que o sofrimento ligado a eventos políticos está entre os que recebe especial atenção das narrativas midiáticas dominantes, que o explicam preponderantemente a partir da ideia de corrupção. Ao mesmo tempo, argumentos como o de que a atividade política no Brasil seria singularmente corrupta ou de que as últimas décadas se distinguiriam necessariamente pelo aumento da corrupção política, permanecem, no mínimo, à espera de demonstrações. Esta dissertação propõe então a ideia de que, mais do que como fenômeno da realidade, a prevalência da corrupção política no Brasil contemporâneo se torna mais significativa quando tomada como construção social. Articulada a elementos distintivos da cultura e moralidade do Brasil atual, a noção de corrupção política adquire centralidade e apoia a produção de narrativas que atribuem ao sofrimento os sentidos a partir dos quais é dado aos homens equacioná-lo existencialmente.

**Palavras-chave:** sofrimento, sentido, narrativa, mídia, corrupção, política, cultura, moral.

## **Abstract**

Fernando, Velasco. *The Sense of Suffering: media corruption narratives*. Supervisor: Paulo Roberto Gibaldi Vaz. Rio de Janeiro, 2014. Dissertation (Masters in Communication and Culture) – School of Communication, Federal University of Rio de Janeiro. 95 p.

Nietzsche argues that the problem of suffering is not the act of suffering itself, but its lack of meaning. In each culture or historical moment, assigning meaning to suffering constitutes an existential need for individuals. Giving suffering a sense means making it explainable, building its causality, producing its narrative. Among all the different possibilities, each culture adopts the kind of suffering it chooses to emphasize. They also select the explanations more typically attributed to them. As newspapers, television, and other media are spaces of collective learning of meanings, the narratives shown by the media express and act as much in the choices as in the explanations to suffering. Actual Brazilian news indicates that the suffering related to political events is among the ones that receive special attention from the prevalent media narratives, and also that it's explained mainly through the idea of corruption. At the same time, arguments such as stating that political activity in Brazil would be singularly corrupt or that in the last decades it has been distinguished by the increase of political corruption still lacks confirmation. This dissertation proposes, therefore, the idea that, more than a phenomenon of reality, the prevalence of political corruption in contemporary Brazil becomes more meaningful when understood as a social construction. Linked to distinctive elements of today's culture and morality in Brazil, the sense of political corruption reveals itself as central and supports the production of narratives that attribute to suffering the senses through which men can make it existentially manageable.

**Keywords:** suffering, sense, narrative, media, corruption, politics, culture, morals.

## SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1 - Narrativas do Sofrimento .....	21
1.1 Sofrimento e Cultura .....	21
1.2 Causalidades Coletivas X Causalidades Individuais.....	23
1.3: Política x <i>Valência</i> .....	28
1.4 Política da Piedade e Cultura da Vítima.....	29
1.5 Sofrimento e Comunicação Política na Contemporaneidade.....	34
Capítulo 2 - A Corrupção como Protagonista da Cultura .....	39
2.1 Corrupção e Contra-Democracia.....	39
2.2 A Cultura do Escândalo.....	42
2.3 A Era da Transparência .....	45
2.4 Um Crime Contra o Consumo.....	47
2.5 A Classe Política .....	51
2.6 Presentificação do Ideal .....	54
Capítulo 3 - A Corrupção como Estrela da Mídia.....	57
3.1 Mídia, Democracia e Corrupção .....	57
3.2 Crise de Representação?.....	62
3.3 Democracia e Participação Digital.....	68
3.4 A Corrupção Segundo a Revista Veja.....	72
Considerações Finais.....	76
Referências Bibliográficas .....	83
Anexo – A corrupção segundo a revista Veja.....	87



## **Introdução**

No dia primeiro de junho de 2013, diversas prefeituras do Brasil determinaram o aumento do valor das passagens de ônibus. Previsivelmente impopular, a medida vinha sendo adiada havia meses em algumas capitais do país, a pedido do Governo Federal. Mesmo assim, quando passou a vigor, a nova tarifa gerou descontentamento maior do que o previsto.

Capitaneadas pelo Movimento Passe Livre, que há anos reivindica a gratuidade do transporte público no Brasil, milhares de pessoas saíram às ruas em protesto. Posicionados estrategicamente em algumas das principais vias de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, os manifestantes criavam dificuldades para o trânsito.

Para as Polícias Militares, forças de segurança de âmbito estadual, havia motivo para repressão. Sobretudo na cidade de São Paulo, mas também no Rio de Janeiro, a polícia interveio violentamente. A maior parte da grande mídia, a exemplo do jornal O Globo, narrou os eventos como “tumultos” ou “badernas” e classificou os manifestantes como “vândalos”.

Nos dias seguintes, as manifestações adquiriam mais uma pauta, a do repúdio à violência policial. E, mais fundamentalmente, ganhavam fôlego. Não apenas os protestos se nacionalizaram vertiginosamente, como se massificaram de forma significativa. Utilizando-se relevantemente das redes sociais como ferramenta de organização, milhões de pessoas tomaram as ruas das principais cidades do país. Rapidamente, uma multidão de manifestantes se espalhou pelo Brasil.

Junto à escala dos eventos, cresceu o número de pautas que abarcavam. Insatisfação generalizada em relação à qualidade dos serviços públicos, exigência de maior atenção aos direitos humanos e inclusão de minorias, descontentamento em relação a uma percepção de exorbitância de gastos com eventos esportivos internacionais de grande

porte, rejeição a emendas constitucionais em trâmite, disputas quanto à destinação de verbas a serem geradas a partir da exploração de recursos naturais, insatisfação difusa em relação ao sistema de representação política e denúncias de uma alegada crise de nexos entre ideais e partidos políticos constituíam algumas das questões que encontravam ecos entre as vozes das ruas.

Apenas marginalmente, diluído entre um emaranhado de agendas e pautas de ordens diversas, surgia nas ruas o tema do repúdio à corrupção política. Nas páginas de veículos como O Globo, no entanto, as manifestações eram narradas sobretudo como produto do máximo descontentamento do cidadão brasileiro em relação à imoralidade da política nacional. Nas primeiras páginas do jornal, a cobertura dos protestos populares era ilustrada por fotografias que atribuíam destaque a imagens de cartazes que, empunhados por indivíduos que trajavam máscaras do então ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, defendiam a condenação de “mensaleiros”<sup>1</sup>.

Paralelamente, Prefeitos e Governadores, sob pressão, começavam a se pronunciar publicamente. Em São Paulo, o Prefeito estabeleceu diálogo direto com militantes do Movimento Passe Livre, enquanto o Governador preceituou a adoção de uma postura mais branda por parte da polícia. Quando as maiores cidades brasileiras recuaram na decisão de aumentar o preço das passagens de ônibus, a medida se nacionalizou. “Capitais já Baixam Tarifas de Ônibus”, anunciava a principal reportagem de O Globo, logo antes de destacar que “segundo especialistas, manifestações revelam insatisfação de jovens com corrupção e políticos”. Eventos que surgiram a partir de acordos estabelecidos entre o setor privado e poderes públicos em esfera municipal e que ganharam força a partir de intervenções trágicas por parte de forças de segurança de alçada estadual passavam a ter como réus a totalidade dos políticos.

Reiteradamente narrados como manifestações de uma insatisfação geral em relação à atividade política brasileira, os acontecimentos guardavam relação com todos os que detinham atribuições de representação popular. Nesse contexto, em sintonia com os meios de comunicação tradicionais e redes sociais, uma parcela crescente do público se

---

<sup>1</sup> O termo “mensaleiro” foi genericamente aplicado aos réus da Ação Penal 470, entre os quais figuraram membros destacados do Partido dos Trabalhadores. Acusados de mover um amplo esquema de compra de apoio parlamentar à sua agenda, líderes petistas ainda aguardavam as deliberações do Supremo Tribunal Federal quando foram condenados pela imprensa e opinião pública brasileiras.

colocava em compasso de espera ansiosa por um posicionamento da Presidente da República, o qual enfim aconteceu, primeiro via rádio. No dia 18 de junho, Dilma Rousseff falou por cerca de três minutos sobre as manifestações populares, sob perspectivas diversas e de forma bastante vaga. Em apenas uma única frase, incluiu, de passagem, entre as muitas questões suscitadas pelos protestos, a da necessidade de se criar mecanismos mais eficazes de combate à corrupção.

A heterogeneidade das narrativas que se colocavam em jogo pelas ruas, a multiplicidade das agendas encampadas pelos manifestantes ou a superficialidade do pronunciamento da presidente não receberam, no entanto, a atenção de alguns dos principais veículos de comunicação do Brasil. Nesse mesmo dia 18 de junho, a presidente sequer havia concluído seu breve depoimento quando a edição online de O Globo já sacramentava: “Dilma diz que mensagem das ruas é de repúdio à corrupção e uso indevido do dinheiro público”.

Já no dia seguinte, a versão impressa de O Globo continha uma análise do principal comentarista político do veículo, dedicada ao tema das manifestações. Intitulado “O Foco é a Corrupção”, o artigo procurava sustentar a tese de que as movimentações que se alastravam pelo Brasil não seriam senão a tradução catártica de uma rejeição geral a práticas imorais que definiriam a atividade política do país nos últimos anos. Motivação de todos aqueles que se manifestavam, a corrupção política seria a grande protagonista entre os problemas nacionais.

Diante deste cenário, seria possível esboçar, por exemplo, o argumento de que, em sua audição seletiva, O Globo talvez tivesse simplesmente distinguido entre as vozes dissonantes das ruas aquelas que faziam eco à sua agenda. Parece de fato viável a noção de que, em sua permanente disputa de sentidos, parte dos veículos de comunicação tenha vislumbrado entre os protestos uma oportunidade para defesa de seus interesses. Sob essa ótica, ao destacar precisamente o repúdio à corrupção política entre as diversas questões suscitadas pelas manifestações, o jornal O Globo estaria apenas fazendo valer o seu poder de agendamento para atingir grupos aos quais faz oposição.

Permanece, no entanto, possível propor outras chaves explicativas para a centralidade atribuída por O Globo à corrupção entre as questões que teriam vindo à tona durante as manifestações de junho de 2013. Poder-se-ia tomar como plausível, por exemplo, a ideia de que o protagonismo atribuído ao tema pelo veículo se deva sobretudo à magnitude da ameaça que a corrupção representaria para o desenvolvimento político e econômico do Brasil. Nesse caso, o jornal não estaria senão cumprindo a missão de manter o público informado sobre os principais problemas nacionais. Ao denunciar a corrupção, a mídia estaria contribuindo decisivamente para a consolidação de um ambiente político saudável e apoiando a constituição de um cenário economicamente transparente.

Talvez fosse ainda igualmente possível construir argumento diverso. O de que, no lugar de acompanhar o aumento real da corrupção, a centralidade que o tema adquire na mídia atual sinaliza sobretudo o aumento de sua visibilidade como problema político e social. Nesse caso, antes de se constituir como sintoma de eventuais fragilidades da democracia brasileira, as narrativas da corrupção na mídia constituiriam indícios de um processo de fortalecimento das instituições nacionais responsáveis por seu controle. O volume de notícias de corrupção viria a reboque de um aumento da dificuldade de ocultação do mau uso do dinheiro público. A julgar pelo enquadramento destinado por O Globo aos protestos do mês de junho, os manifestantes assumiriam então a condição de representantes populares de uma maior atenção institucional ao problema da corrupção e, dessa forma, estariam mais perto de se comportar como agentes de uma crescente solidez da democracia nacional do que como sintomas de sua vulnerabilidade.

Seja como for, a observação cotidiana de jornais, telejornais, revistas e redes sociais não deixa dúvidas em relação à centralidade que a corrupção assume atualmente nas narrativas midiáticas que hoje circulam pelo país. De fato, está claro que os principais meios de comunicação do Brasil na atualidade têm alçado a corrupção política à condição de problema nacional por excelência. Não faltam exemplos entre os eventos

de maior repercussão midiática recente. O “escândalo do mensalão”<sup>2</sup>, o “Caso Siemens”<sup>3</sup>, o “Caso Delta”<sup>4</sup> e o “Caso Pasadena”<sup>5</sup> são apenas alguns dos mais recentes.

Seria todavia absurdo atribuir a importância que a mídia designa atualmente à corrupção a uma suposta excentricidade editorial de parte dos meios de comunicação brasileiros. Ao contrário, a centralidade da corrupção está em perfeita sintonia com a opinião pública do país. Em 2008 e 2009, pesquisas realizadas a partir de uma parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto Vox Populi mostraram que a corrupção é classificada por quase a totalidade da opinião pública como um “problema grave ou muito grave” (Avritzer e Filgueiras, 2011)<sup>6</sup>. A mesma pesquisa demonstra ainda que, de acordo com a percepção popular, os políticos constituem o segmento mais corrupto do Brasil, ao passo que o favorecimento de pessoas próximas ou ilegalidades cotidianas muitas vezes sequer caracterizam casos de corrupção aos olhos do público (idem)<sup>7</sup>.

Protagonista da cena midiática e estrela do senso comum, a corrupção política assume papel central nas formas como os meios de comunicação e opinião pública atuais explicam o Brasil contemporâneo. Ao mesmo tempo, é no mínimo difícil precisar se vivemos em uma sociedade especialmente corrupta ou se existe hoje no Brasil maior ou menor número de casos de corrupção política do que em outras épocas. Afinal, relembrar episódios em que a corrupção esteve em cena nas arenas pública, política e midiática brasileiras não constitui grande desafio histórico. O levantamento da bandeira do combate à corrupção política e eleitoral pela Aliança Liberal de 1930, as juras de varredura da corrupção por Jânio Quadros, a agenda marcadamente

---

<sup>2</sup> Ver nota anterior.

<sup>3</sup> Entre 1997 e 2011, sucessivos governos do Partido Social Democrata Brasileiro teriam desviado bilhões de reais dos cofres do estado de São Paulo a partir de irregularidades em licitações dos setores ferroviário e metroviário, em esquemas que envolveram executivos das empresas Siemens e Alstom.

<sup>4</sup> Fornecedora destacada de governos estadual e federal, a construtora Delta teria obtido contratos milionários em troca de doações a políticos. Além disso, parte dos recursos da empreiteira teria origem ilegal, ligada ao jogo do bicho.

<sup>5</sup> A partir do questionamento da legalidade e a legitimidade técnica da aquisição de uma refinaria pela Petrobras na região de Pasadena, nos EUA, parte da mídia brasileira procurou agendar um clamor geral pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito contra a estatal.

<sup>6</sup> Em 2008, 77% dos entrevistados declararam considerar a corrupção um problema “muito grave” e 20% “grave”. Em 2009, 73% optaram por apontá-la como “muito grave” e 24% como “grave”.

<sup>7</sup> A título de exemplo, 41% dos entrevistados não avaliaram como corrupto o ato de oferecer dinheiro a um guarda para esquivar-se de uma punição, enquanto 35% são capazes de relevar a corrupção em caso de seu beneficiário ser alguém muito necessitado e 32% a consideram aceitável quando praticada em favor de um familiar.

moralizante da UDN de Carlos Lacerda, a forte mensagem anticorrupção atribuída pelos militares ao golpe de 1964 e a promessa de caça aos marajás por Fernando Collor de Melo são apenas alguns dos casos em que a política entregou ao combate à corrupção sua prioridade narrativa.

Por um lado, portanto, a corrupção constitui elemento absolutamente recorrente do discurso político e histórico nacionais. Por outro, é extremamente difícil a validação da tese de que a presença da corrupção política no discurso midiático revele o volume de sua incidência real. Por isso, esta dissertação irá centrar suas análises não na realidade da corrupção, mas em sua entrada em cena nas narrativas por meios das quais a mídia explica de forma predominante os problemas da atualidade. O fato a ser considerado, propõe-se, se relaciona menos à corrupção como fenômeno do que como construção social. Trata-se, em suma, de inserir a corrupção política, a relevância que adquire junto à opinião pública e sua prevalência no noticiário brasileiro atual na ordem da cultura. Isto é, tomar as narrativas da corrupção política e o incremento de seu protagonismo midiático em suas singularidades históricas.

É preciso prevenir desde já o equívoco de se tomar a reiteração da corrupção política pelas narrativas midiáticas contemporâneas como uma particularidade brasileira ou um fenômeno intrinsecamente atrelado a características exclusivas à nossa cultura. De fato, breves exames de alguns dos principais veículos da mídia internacional indicam conclusão diversa. Entre 2011 e 2012, por exemplo, o New York Times dedicou dezenas de matérias ao contexto político da Índia, onde o ativismo anti-corrupção está na origem da formação de um partido e lideranças políticas que conquistam a simpatia e os votos de um eleitorado cada vez maior. Em uma série de reportagens, o veículo relata a saga do ativista Anna Hazare, representante máximo de uma retórica que não apenas encontra seu núcleo na luta contra a corrupção, como também se organiza ao redor de um conflito moral entre, de um lado, o papel virtuoso do cidadão de bem e, de outro, a vilania dos grupos políticos. Uma narrativa de forte apelo popular, que ganha contornos bastante concretos quando, em 2012, o “Team Anna” passou da condição de movimento social à de organização política com ambições eleitorais.

Tampouco é possível adotar o argumento de que narrativas da corrupção política são próprias ao subdesenvolvimento. Mais uma vez, a mídia nos fornece exemplos de sua

globalidade<sup>8</sup>. Em matéria de 2013, o jornal alemão *Der Spiegel* narra a frustração do eleitorado francês diante do caso de corrupção envolvendo Jérôme Cahuzac, então ministro de orçamento e fazenda e ex-tesoureiro da campanha presidencial de François Hollande, eleito como esperança de recuperação moral francesa após os escândalos que marcaram a gestão de seu antecessor, Nicolás Sarkozy. Ainda, em uma pesquisa promovida pela Transparência Internacional no ano de 2011, os alemães atribuíram aos seus representantes políticos a nota 3,7 em uma avaliação em que 5 representava a corrupção máxima e 1 a mínima, antes mesmo de acusações de corrupção motivarem a renúncia do presidente Christian Wulff, em 2012. Também nesse ano, denúncias de fraude e relações corruptas entre políticos, empresários e banqueiros serviram de base para a contestação dos resultados das eleições gerais japonesas por parte da mídia global.

Mais do que às particularidades socioeconômicas de determinados países ou regiões, a centralidade de um tema nas narrativas midiáticas ou na esfera pública se relaciona, propõe-se, à prioridade que ele adquire na cultura em que se produz. De fato, não há sociedade que dê atenção à totalidade de suas dificuldades ou que deixe de priorizar a observação de mazelas de determinadas naturezas em detrimento de outras às quais poderia atribuir igual relevância. Portanto, cada cultura elege, entre todos os possíveis, os problemas que distingue. Ou, caso adotemos vocabulário mais existencial, as causalidades que conduzem ao sofrimento humano constituem objeto de seleção histórica. Nesse sentido, a observação do noticiário brasileiro atual autoriza a afirmação de que, entre todos os sofrimentos possíveis, a sociedade brasileira contemporânea, designa especial atenção àqueles que teriam origem na corrupção política.

Raciocínio semelhante pode ser aplicado às explicações que uma sociedade atribui majoritariamente aos problemas e mazelas que enfatiza. Assim como determinados tipos de sofrimento assumem papel de destaque nas cenas pública e midiática sob

---

<sup>8</sup> A opção pela não inclusão de narrativas da corrupção na mídia dos Estados Unidos entre os exemplos contemplados por esta dissertação encontra justificativa na singularidade da legislação política do país, representada significativamente pela legalidade do lobismo, prática criminalizada pelas demais democracias destacadas do mundo. Talvez por isso, os escândalos morais protagonizados na arena política de que se ocupam mais tipicamente as narrativas jornalísticas dos EUA privilegiem outros eventos, a exemplo daqueles de natureza sexual, como o que envolveu o ex-presidente Bill Clinton.

direção das singularidades da cultura que os seleciona, a eleição das trajetórias causais que autorizam sua compreensão é também culturalmente singular. Não apenas os tipos de sofrimento aos quais se atribui maior atenção constituem objeto de seleção histórica, como também os contornos mais frequentes de sua explicação. A atual identificação do sofrimento como consequência da corrupção política e, inversamente, a noção dominante de que a corrupção política constitui lugar privilegiado à configuração dos problemas do homem contemporâneo carregam em si mesmas alguns dos traços distintivos da sociedade que as faz recorrentes e as sustenta como válidas.

Atribuir explicações ao sofrimento implica antes de tudo em apresentá-lo como decorrente da ação humana e, por isso, evitável. Historicamente, os sofrimentos que as culturas escolhem qualificar como evitáveis são os que permitem a ela mesma reiterar suas crenças morais. Isto é, seus sistemas de atribuição de responsabilidades. Dessa forma, as explicações que uma cultura tipicamente atribui aos sofrimentos que elege revelam não tanto sua realidade, mas os padrões morais da sociedade que as delinea, assim como os heróis que deseja e os vilões de que necessita. Nietzsche (1998) empresta, ainda uma vez, contornos existenciais ao enquadramento histórico de mazelas em padrões morais e mecanismos de atribuição de responsabilidades. A respeito, argumenta que o problema do sofrimento não está no sofrimento em si, mas em sua ausência de sentido. Em cada cultura ou momento histórico, a atribuição de sentidos ao sofrimento constitui uma necessidade dos indivíduos.

Designar sentido ao sofrimento significa torná-lo explicável, percorrê-lo em suas causalidades, produzir sua narrativa. Narrar o sofrimento equivale a revesti-lo dos sentidos dos quais não podemos abrir mão. As narrativas do sofrimento autorizam o domínio causal por meio do qual a experiência da dor se torna existencialmente suportável. Na medida em que põe em circulação narrativas capazes de preencher de sentidos o sofrimento, cada cultura fornece aos homens formas singulares de enfrentamento do problema de sua estadia no mundo. Dessa forma, não é apenas a realidade dos problemas privilegiados por uma cultura o que a faz particular, mas também as formas por meio das quais tipicamente os narra. O sofrimento, assim como os seus sentidos, consiste portanto em uma questão narrativa.



Os meios de comunicação assumem aqui um papel decisivo. A mídia se constitui como cenário de aprendizado coletivo de sentidos, assim como palco da construção e difusão do senso comum. Ao apresentar, por exemplo, problemas como efeitos da corrupção política, as narrativas midiáticas que se fazem preponderantes na atualidade brasileira atuam não apenas na seleção de tipos e explicações ao sofrimento humano. Atuam também na produção e distribuição da moralidade que define a cultura do Brasil contemporâneo. Os principais jornais, telejornais e revistas do país não deixam dúvidas: o sofrimento relacionado à corrupção política é hoje narrado como central, decorrente da ação humana e, por isso mesmo, evitável.

A esta altura, já parece possível enunciar a hipótese central desta dissertação. A de que a corrupção política funciona como núcleo ao redor do qual se erigem narrativas nas quais o sofrimento adquire sentidos relacionados a singularidades da cultura e moralidade contemporâneas. A tese a ser desenvolvida é a de que, em uma sociedade marcadamente individualista, na qual grandes narrativas e projetos coletivos estão em declínio, a corrupção passa a ser abordada menos como um problema sistêmico e mais como produto de falhas morais de um grupo particular de indivíduos: os políticos. Antes de se constituir como um fenômeno que singulariza a realidade brasileira atual, a corrupção política se constitui, por um lado, como uma das noções que apoiam a produção de narrativas capazes de atribuir ao sofrimento atual os sentidos existenciais de que o homem necessita, ao tempo que, por outro, desponta como chave para a compreensão de padrões morais e culturais da sociedade em que vivemos. Hoje, uma sentença como “sofre-se porque somos representados por políticos corruptos”, propõe-se, é dotada de sentidos mais poderosos e abrangentes do que, por exemplo, uma mais próxima de “sofre-se porque a sociedade é injusta e desigual”.

Metodologicamente, toma-se como base a lógica foucaultiana da raridade discursiva, método que coloca a necessidade de indagar o porquê da singularidade histórica de algo. Trata-se, de um lado, de relacionar as narrativas da corrupção política às condições de enunciação que as tornam possíveis e necessárias e, de outro, de remetê-las à diferença histórica a partir da qual ganham sentido. Assim, constituem o horizonte metodológico das análises que integram esse trabalho indagações como “por que, hoje, uma determinada narrativa do sofrimento se faz preponderante, quando

tantas outras recebem menor destaque?”, “por que o privilégio do sofrimento vinculado à corrupção política e não a qualquer outro fenômeno?”, “por que, em detrimento de todos os outros, o sofrimento assume hoje majoritariamente o sentido de produto da imoralidade do conjunto de indivíduos que atuam na esfera política?” e “quais características sociais, regras morais e lugares de fala tornam esse tipo de narrativas do sofrimento humano possíveis e necessárias?” A ideia proposta, ainda uma vez, é a de que os sentidos que as narrativas por intermédio das quais grande parte dos meios de comunicação atuais abordam tipicamente o sofrimento emergem como respostas singulares às angústias existenciais do homem de hoje, ao tempo que expressam e atuam na construção das particularidades da cultura e da moral contemporâneas.

Para desenvolvimento da hipótese proposta, serão estabelecidos, inicialmente, nexos entre sofrimento e história.

O primeiro capítulo da presente dissertação se ancora no pressuposto de que uma das maneiras de se compreender uma cultura é tomá-la como forma de atribuir sentido ao sofrimento humano. Trata-se da ideia de que uma cultura é definida precisamente pelo desígnio de certas causalidades ao sofrimento humano, em detrimento de outras igualmente viáveis. O argumento, em outras palavras, é o de que a compreensão do sofrimento é produzida em uma sociedade que se torna singular exatamente na medida que entende os problemas sociais de uma forma específica, a qual torna preponderante.

Adiante, o capítulo situa a passagem de um contexto marcado mais significativamente pela dominância de narrativas que abordam o sofrimento humano sob perspectivas coletivas – a ação política tendo como norte a coletivização de soluções a problemas como a pobreza e a desigualdade (Reis, 2000) –, para o cenário atual, em que o noticiário político entrega crescentemente sua prioridade narrativa a problemas e soluções de alcance mais individual, além de consagrar a relevância do sofrimento das vítimas (Vaz, 2011). Hoje, sugere-se, a ênfase narrativa está se afastando dos esforços de promoção de mudanças estruturais nas ordens política e econômica ou na adoção de medidas que visem à transformação mais ampla da sociedade. Antes, as narrativas atuais do sofrimento humano argumentam com maior contundência os esforços de se

evitar que a ação imoral de determinados indivíduos, os políticos, gere sofrimento a outros, os cidadãos.

Em seguida, serão avaliados possíveis impactos eleitorais da individualização das narrativas políticas que constituiria singularidade contemporânea. O argumento é que, uma vez que detenha uma vantagem de *valência* (Groseclose, 2001), ou seja, que possa se beneficiar de atributos que emane mais de sua figura ou biografia pessoais do que de seu programa ou atuação política, um candidato adquire a chance de moderar seu discurso, de modo a se comunicar com uma maior fatia do eleitorado e se colocar em maiores chances de vitória. A individualização da compreensão política própria ao contemporâneo, portanto, teria significativos impactos nos processos eleitorais, entre as quais se incluiria uma tendência à “despolitização da política”.

Será ainda explicitada a maneira como a emergência da vítima como personagem central de narrativas do sofrimento na atualidade desencadeia mudanças na “Política da Piedade” (Arendt, 2011; Boltanski, 1999), forma tipicamente moderna de reconhecimento do sofrimento alheio pelo público. As narrativas que caracterizam o moderno se estruturam mais caracteristicamente a partir da superação verossímil de problemas por um personagem com cujo sofrimento o público se identifica e em relação ao qual adquire empatia. No contemporâneo, por outro lado, observa-se um deslocamento narrativo em direção a formas e padrões que sublinham a realidade do sofrimento infringido a indivíduos pela ação imoral de terceiros e ao registro de um triunfo particular de um protagonista que, ao se livrar de seu sofrimento, se torna o herói de sua própria trajetória. Mais especificamente, o argumento sugerido é o de que, quando entregam à figura do político imoral o papel de vilão por excelência, as narrativas da mídia contemporânea definem ao mesmo tempo o perfil do legítimo herói atual: alguém que exemplifica não tanto a luta contra obstáculos introduzidos pelas contradições inerentes à estrutura social que serve de arena à sua saga, mas alguém que se bate sobretudo contra problemas gerados precisamente pela imoralidade ou incompetência de quem poderia ajudá-lo. De fato, o protagonista das narrativas do sofrimento de hoje é eleito menos significativamente com base na identificação que desperta em coletividades do que a partir da veracidade de seu sofrimento individual e da capacidade pessoal de suplantação dos próprios problemas.

As singularidades das narrativas contemporâneas do sofrimento encontram reflexos também entre peças de comunicação política, a exemplo de propagandas, inserções televisivas e programas político-partidários. Junto aos filmes em que o sofrimento humano atrelado a problemas sociais é narrado mais recorrentemente com o apoio de artifícios dramáticos, gráficos ou alegóricos, a atualidade abre espaço para produtos que privilegiam narrativas baseadas sobretudo na própria realidade de quem teria sofrido ou deixado de sofrer em razão da atividade política. Em outras palavras, em contraste com peças tidas como mais claramente publicitárias, tornam-se cada vez mais relevantes na cena da comunicação política contemporânea os produtos de formato mais documental. O primeiro capítulo deste trabalho termina com a comparação entre algumas das singularidades formais de duas tendências expressivamente distintas da propaganda político-partidária. Para isso, serão tomados como exemplo os programas inaugurais das campanhas de Fernando Haddad, candidato de oposição à prefeitura de São Paulo em 2012, e Eduardo Paes, candidato à reeleição na cidade do Rio de Janeiro no mesmo ano.

Se, como propõe esta dissertação, é possível, por um lado, afirmar que narrativas midiáticas da corrupção política não apenas constituem formas importantes de atribuição de sentidos ao sofrimento na atualidade como também despontam como sintomas relevantes das características e padrões morais da cultura em que circulam, essa constatação, por outro lado, não nos permite concluir que a sociedade brasileira contemporânea seja especialmente corrupta ou que a corrupção política seja necessariamente o grande problema nacional. Uma vez que o rigor não nos permite definir o Brasil contemporâneo como uma arena da corrupção política, como entender seu inegável protagonismo como tema entre as narrativas da mídia? Se a corrupção política, como elemento de realidade, não pode ser apontada em si mesma como um fenômeno que singularize a nossa cultura, como é então possível explicar que, como elemento narrativo, ela a defina? O segundo capítulo desta dissertação atende precisamente ao objetivo de avançar na análise dessa aparente contradição.

A argumentação será desenvolvida em seis eixos. Os dois primeiros dirão respeito, em maior ou menor medida, às interações entre os campos dos estudos de mídia e da teoria política. O terceiro guardará relação com descontinuidades nos modelos

preponderantes do pensamento econômico global. O quarto e o quinto compreenderão reflexões sobre disputas instaladas na cena pública entre, de um lado, modelos de desenvolvimento econômico e, de outro, elementos que adquirem centralidade na cultura contemporânea e suas interações com a esfera política. O sexto contemplará alguns dos impactos de mutações socioculturais sobre os padrões de subjetividade que se articulam com discursos que passam a se fazer majoritários na atualidade.

O primeiro eixo visita disputas entre, de um lado, políticos e, de outro, uma combinação entre imprensa e Ministério Público, pela condição de representantes legítimos do bem comum. Uma querela que se torna especialmente acirrada a partir do funcionamento de princípios *contra-democráticos* (Rosanvallon, 2006), termo que designa uma reunião de práticas, institucionais ou não, a partir das quais se organiza a suspeição em relação à atuação dos governos representativos. O argumento a ser desenvolvido é o de que, a partir de uma série de mutações socioculturais, as atividades que visam à limitação da corrupção política se configuram como modalidades singularmente contemporâneas das práticas de *contra-democracia*, a partir das quais nossas sociedades designariam ênfase especial a valores como participação direta, vigilância e monitoramento da atividade política. Nas ruas e, talvez ainda mais relevantemente, nas redes sociais, as narrativas da *contra-democracia* centradas na ideia de corrupção política inspiram as percepções e comportamentos políticos de um número cada vez maior de pessoas na atualidade.

O segundo eixo de análise elabora a centralidade da corrupção nas narrativas da mídia contemporânea a partir da prevalência dos escândalos no noticiário político (Thompson, 2000). Sintonizadas com uma tendência atual de se tratar questões de interesse público a partir de abordagens privadas, as narrativas do escândalo aproximam tanto quanto possível o debate político à discussão de natureza moral. Por meio da construção de vínculos nem sempre diretos entre o comportamento imoral de políticos e o sofrimento de indivíduos, a cultura do escândalo destacaria a corrupção como máximo problema político, ao tempo que colocaria em funcionamento estratégias privilegiadas de atribuição de sentidos ao sofrimento.

O terceiro eixo argumentativo a partir do qual se pode entender a centralidade da corrupção política nas narrativas contemporâneas do sofrimento na mídia guarda

relação com descontinuidades históricas no pensamento econômico global. Por décadas, algumas das teorias e modelos mais influentes fizeram do Estado o protagonista da ação econômica. Mais recentemente, entretanto, a ideia de um Estado agente voltou a dividir espaço de forma significativa com a noção de que sua maior ingerência na atividade econômica a tornaria menos eficiente. A excessiva intervenção do governo, pregam as narrativas de renovada orientação liberal, se articularia a prejuízos ao desenvolvimento e a menores chances de melhora da vida humana. Guindada à condição de caso máximo de distorção associada à intervenção do Estado na economia, a corrupção encarnaria o oposto da imaculada ação de um mercado livre de abalos de origem externa. Dessa forma, argumenta-se, ao se tornar inimiga da eficiência e do crescimento econômico, a corrupção política se converteria, sob olhares neoliberais, em possível explicação para os problemas e, em última análise, para o sofrimento humano.

O quarto eixo se organiza ao redor da ideia de que outra possível razão pela qual a corrupção adquire centralidade no noticiário político atual se relacionaria ao fato de poder ser entendida como um crime contra o consumo. De fato, entre os aspectos distintivos do contemporâneo estão o fato de o consumo, de um lado, constituir dimensão central dos principais modelos econômicos atualmente em disputa e, de outro, a possibilidade de fabricação individual, em resposta ao declínio do sentido de pertencimento a coletividades mais tipicamente moderno, de uma identidade pessoal autêntica (Taylor, 2007). Atualmente, argumenta-se, um cidadão se percebe como tal menos na medida em que se reconhece como integrante dos projetos coletivos do que na condição de consumidor dos serviços públicos pelos quais é tributado. Dessa forma, ao turvar a relação imaginária entre investimento e retorno e colocar dessa forma em risco a possibilidade de consumo da felicidade por parte dos sujeitos contemporâneos, a corrupção política constituiria máxima ameaça à cidadania. Percebida como um crime contra o reconhecimento do cidadão como tal e contra a possibilidade de aquisição de bem-estar, a corrupção política autorizaria de forma singularmente poderosa a compreensão do sofrimento humano.

O quinto eixo compreende reflexões acerca da ideia de um aprofundamento recente da noção de que os políticos constituem uma espécie singular de elite. Uma

particularidade que, argumenta-se, concorreria para a identificação da figura do político com a do opressor, papel outrora desempenhado mais tipicamente por personagens como o déspota ou o capitalista. Vilões destacados das culturas atuais, os políticos integrariam o núcleo de narrativas que autorizam a compreensão dos problemas sociais e a explicação do sofrimento humano como decorrências de sua incompetência ou imoralidade, mecanismo de atribuição de responsabilidades que, ainda uma vez, estaria na origem do protagonismo do tema da corrupção política na mídia brasileira contemporânea. Homogêneos ao olhos do senso comum, os indivíduos que detém atribuições de representação popular, de forma paradoxal, estariam por definição em conflito com os interesses dos que os elegem. Estes, por sua vez, encontrariam no ceticismo e na rejeição à atividade política como um todo uma modalidade contemporânea de luta de classes.<sup>9</sup>

Finalizando o segundo capítulo desta dissertação, um sexto e último eixo de análise desenvolve o argumento de que entre as características da cultura contemporânea figura a de uma tendência à “presentificação do ideal” (Gauchet, 2010). A ideia proposta é a de que o declínio de narrativas coletivas e projetos redentores das massas que definiram em larga medida a modernidade estariam na origem um ajuste temporal de expectativas de realização e obtenção da boa vida por parte do homem contemporâneo. Na medida em que já não vislumbraria futuro ampla e radicalmente distinto de sua realidade presente, o sujeito atual deslocaria suas expectativas de felicidade para o hoje. Em um contexto como esse, o caráter incontornável da experiência do sofrimento engendraria elevada frustração, a qual já não seria mais adequadamente equacionada a partir das noções de que a dor estaria atrelada a um estado de coisas em plena mutação e que o futuro abrigaria sua erradicação. Já a ideia de que se sofre no presente em decorrência de faltas morais pregressas de terceiros, propõe-se, por sua vez, viveria hoje franca ascensão. A este trabalho interessa desenvolver a ideia de que, atualmente, esse outro imoral que se considera responsável pelo sofrimento dos indivíduos se materializaria na figura do político corrupto,

---

<sup>9</sup> Até mesmo grupos políticos sem maior tradição de diálogo ou aproximação com a sociedade civil parecem perceber o caráter crucial da percepção da existência de uma relação de oposição entre políticos e não-políticos. Preocupado em desvincular de si mesmo a pecha de membro de uma elite política, o presidenciável Aécio Neves reiterou durante o ano de 2014, sobretudo por meio dos perfis que mantém em redes sociais, o convite a todos os brasileiros a participarem da elaboração do seu programa de governo.

singularidade a partir da qual se torna viável a compreensão do destaque atribuído ao tema da corrupção política pela cultura e mídia atuais.

No segundo capítulo, a presente dissertação propõe uma série de relações causais entre a emergência da corrupção política como protagonista das narrativas midiáticas do sofrimento humano e particularidades da cultura contemporânea. Mas haveria entre as transformações sociais explicação suficiente para a crescente centralidade do tema no noticiário brasileiro? Ou cumpriria procurá-las também internamente, no âmbito dos meios de comunicação? Se, como defende esta dissertação, existem nexos bilaterais entre cultura e mídia, entre a construção e a reprodução de sentidos que se fazem historicamente singulares, não convém evitar o tratamento das narrativas midiáticas como mero espelho da cultura? Se os meios de comunicação também têm influência sobre o senso comum, não cumpre procurar na variação das formas e conteúdos que os caracterizam os elementos que definem as sociedades em que atuam? Ainda mais imediatamente, não figurariam precisamente no campo midiático as possibilidades de manutenção ou refutação da hipótese que serve como norte a esse trabalho, a de que o contemporâneo exhibe entre suas características a da prevalência da corrupção política como cerne de narrativas que, postas em circulação por veículos de comunicação, permitem o equacionamento provisório da experiência do sofrimento por meio de sua explicação? Ou, por fim, não figuraria no próprio comportamento histórico dos meios de comunicação um sintoma da pertinência ou invalidade do pressuposto de que em qualquer cultura ou sociedade o problema do sofrimento humano não é senão o da conformação da narrativa que o revista dos sentidos que o tornam existencialmente suportável? A elaboração de questionamentos dessa natureza constitui objetivo do terceiro capítulo desta dissertação.

A argumentação será desenvolvida a partir de quatro eixos. Os três primeiros têm como ponto de partida algumas das reflexões acerca de discussões que se instalaram mais recentemente na esfera pública e na imprensa brasileiras. O último se presta ao objetivo de avaliar empiricamente a possibilidade de permanência ou, inversamente, de refutação e abandono das premissas e hipóteses que estão no centro deste trabalho, além de abrir espaço para seu desenvolvimento qualitativo.



O primeiro eixo visita o debate ao redor da regulação dos meios de comunicação no Brasil<sup>10</sup>. O tema, no entanto, será abordado não tanto sob o prisma dos interesses que subscreve ou aos quais se contrapõe, das discussões ao redor da legitimidade ou ilegitimidade de seu conteúdo ou no que refere aos benefícios ou malefícios que possa trazer à sociedade brasileira. A este trabalho, interessará antes elaborar alguns dos possíveis sentidos políticos e culturais que possam surgir da relação entre algumas das singularidades dos veículos da grande mídia nacional e o tratamento destinado por eles à proposta de estabelecimento estatal de parâmetros para sua atuação. Em linhas gerais, o argumento é o de que, na medida em que advoga a proteção do mercado contra a ação lesiva do Estado, a orientação liberal das linhas editoriais de parcela expressiva da mídia brasileira concorreria tanto para a subversão de um dos princípios basilares dos governos representativos, o caráter positivo da livre expressão política (Manin, 1995), quanto para a difusão de determinada compreensão, de sabor mais liberal, da noção de democracia, enquanto outras, mais centradas na ideia de implementação de uma agenda redistributiva protagonizada pelo Estado, seriam no mínimo igualmente possíveis.

Um segundo eixo argumentativo contempla a discussão sobre uma alegada decadência generalizada dos governos representativos na atualidade, a qual seria inerente à ruína da própria noção de representação política. Reiterada pelos meios de comunicação e crescentemente assimilada pelo senso comum, ideias como a de uma crise da representação, distanciamento entre governantes e governados e exclusão do cidadão do processo democrático passaram a orientar de forma significativa também o discurso político brasileiro.<sup>11</sup> Diante da recorrente indicação por pesquisas de opinião de que, destacadamente após as manifestações de julho de 2013, crescem à mesma proporção entre os brasileiros o desejo de mudança e a descrença na atividade política, se tornaram frequentes as defesas da criação de mecanismos de participação direta dos indivíduos na política e da priorização à implementação de mudanças que livrariam o

---

<sup>10</sup> A proposta de um marco que oriente a regulação econômica dos meios de comunicação integra, com maior ou menor destaque, os programas do Governo Federal desde o primeiro mandato do ex-presidente Lula. Elaborada inicialmente pelo então ministro Franklin Martins, é tratada por setores da mídia e da sociedade como favorável sobretudo ao Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, a medida já foi também defendida, por exemplo, pelo ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa.

<sup>11</sup> As defesas da necessidade de criação de mecanismos que favoreçam a participação direta do indivíduo na política e o agendamento da necessidade de uma reforma política figuram igualmente nos discursos e programas de governo de adversários políticos, a exemplo de Aécio Neves e Dilma Rousseff.

Brasil de uma dita obsolescência de sua conformação democrática. Entre as vantagens atribuídas a uma reforma política tematizada ainda de forma vaga, figuraria a suposição de que, o incremento da participação direta abarcaria entre suas principais virtudes a redução do escopo da atividade política e, com ela, da corrupção. Eis uma das maneiras por meio das quais as narrativas que explicam o sofrimento com base na noção de corrupção política guardam nexos com a ideia de um crise da representação.

Mas, para além da suposição amplamente aceita pelo senso comum de que os políticos constituem casos privilegiados da imoralidade humana, sobre que se ancoraria a certeza de que o incremento da participação direta dos cidadãos previne a corrupção? Ou, para além da discussão moral, que evidências concretas se tem de que ela necessariamente introduziria precisamente as melhorias que se almeja no processo político? É evidente que democracias participativas e governos representativos são excludentes e que as primeiras são necessariamente mais desejáveis que os segundos? É certo que hoje assistimos à derrocada da representação como tal e não apenas, por exemplo, a algumas de metamorfoses e deslocamentos (Manin, 1995)? Uma democracia é tão melhor quanto mais se apoia na participação direta por parte dos indivíduos e menos na representação destes por aqueles que elegem? Ou há parâmetros capazes de orientar mais relevantemente uma discussão acerca das virtudes e defeitos de uma democracia, como sua sustentação em formas constitucionais e normas sociais, a solidez das instituições que lhe garantem estabilidade, suas articulações com o desenvolvimento econômico e a maior ou menor mobilidade de capital que autoriza, os níveis de educação e organização das classes trabalhadoras, a capacidade de grupos distintos de se fazerem representar e as condições em que negociam seus interesses, ou a comparação entre os custos tributários da distribuição de bens e os custos da manutenção da desigualdade por meio da repressão (Boix, 2003), entre outros? É, em suma, a alegada oposição entre representação e participação que ganha corpo na mídia e opinião pública contemporâneas um grande obstáculo à solução de problemas sociais e redução do sofrimento humano? Ou será ela apenas a contradição que melhor se adequa às disposições contemporâneas de se explicar o sofrimento como falta moral de terceiros? Um terceiro eixo de análise contempla essas questões.

Adiante, em um quarto eixo argumentativo busca, no interior da própria imprensa, possíveis chaves explicativas para o deslocamento da ênfase narrativa da mídia atual em direção à corrupção política. Para tanto, foram observadas as capas da revista *Veja* desde setembro de 1968, data de criação do veículo, até o mês de outubro de 2013, em um total de 2.346 edições. Um primeiro objetivo, aqui, é o de avaliar a possibilidade de permanência ou, inversamente, a refutação da hipótese de que a corrupção política assume protagonismo crescente no noticiário brasileiro atual e dessa forma atribuir maior concretude e legitimidade à ideia de que, à medida em que articula com singularidades da nossa cultura e moralidade, autoriza o domínio causal a partir do qual a experiência do sofrimento humano se torna existencialmente suportável, eixo central deste trabalho.

De maneira específica, o material empírico foi interpelado e posteriormente classificado segundo os seguintes critérios: a) se o sofrimento ou problema tematizado tem ou não relação com o campo da política; b) se uma vez inserida no universo político, a capa se aproxima da questão que tematiza sob perspectiva individual ou coletiva; c) se quando, mais uma vez, traz temas políticos, a capa avaliada o faz ou não sob o prisma da corrupção; e d) se o sofrimento contemplado pela capa diz respeito as práticas de corrupção em ordens que não a da política.

Cumprido ressaltar que não figura entre os objetivos desse trabalho o de sustentar a tese de que a corrupção política não constitui problema grave ou que não pode ser vinculada a mazelas que se alojam frequentemente na origem do sofrimento contemporâneo. O que se tem intenção de frisar simplesmente é, mais uma vez, a ideia de que, mais do que fenômeno ou prática, a corrupção tem funcionado como noção ao redor da qual é produzido nos últimos tempos um modelo de explicação para uma extensa gama de problemas, como a miséria, o subdesenvolvimento, a imperfeição dos serviços públicos, a insuficiência de bens de cidadania, entre outros. Posta em funcionamento por veículos da grande mídia e amplamente aceita pelo senso comum, as narrativas que erigem ao redor do tema da corrupção política podem por vezes propiciar tranquilidade existencial a quem atribui a si mesmo o direito de compreender o próprio sofrimento e o de seus semelhantes não como decorrências de um profundo e histórico desajuste social, mas apenas como meros produtos da imoralidade alheia.

Eis o que pode haver de mais perigoso nas propriedades reconfortantes das narrativas midiáticas da corrupção: a conversão do debate político em discussão moral. O argumento proposto é o de que esse deslocamento pode se configurar como obstáculo ao enfrentamento e elaboração positivas, por parte do sujeito contemporâneo, da experiência incontornável do sofrimento. Não implicados no próprio sofrimento e cada vez mais distantes da atividade política, os homens de hoje se arriscam a simplesmente vilanizá-la. Por enquanto, parece seguro propor apenas a ideia de que, em face da percepção de bem-estar existencial vinculada a narrativas da corrupção a exemplo daquelas propagadas por parte considerável da grande mídia, torna-se mais difícil encontrar na política uma ferramenta útil à construção efetiva de um mundo melhor.

## Capítulo 1 - Narrativas do Sofrimento

### 1.1 Sofrimento e Cultura

Uma maneira de se compreender uma cultura é tomá-la como forma de conferir sentidos ao sofrimento humano. Isso implica pensar que o desígnio de determinadas construções causais ao sofrimento singulariza a sociedade que as produz a ponto de defini-la. Ou, ainda, que a forma particular como os homens entendem seu sofrimento e o de seus semelhantes em determinados momento e contexto distingue das demais a cultura que a privilegia em detrimento de outras explicações possíveis para a dor. Dessa forma, o sofrimento assume sentidos históricos, ao mesmo tempo que a própria história pode ser também ela mesma entendida como a dos sentidos do sofrimento.

As articulações entre sofrimento e cultura adquirem relevância a partir do fato de que, historicamente, o sofrimento assume papel central na experiência humana. Em diferentes sociedades, atribuir explicações ao sofrimento constitui exigência existencial. Deparar-se com a experiência do sofrimento significa colocar-se diante do desafio da elaboração de seus sentidos e, em última instância, confrontar-se com o problema de estar no mundo. Percorrer as causalidades do sofrimento, isto é, colocar-se diante de indagações que conduziram ao seu nascedouro, implica, por exemplo, inquirir-se a si mesmo pelo estatuto daquilo a que se dá importância e cuja ausência, mácula ou ameaça poderia constituir a origem da dor. Dessa forma, a reflexão sobre o porquê do sofrimento que se experimenta conduz à indagação sobre a natureza daquilo em nome do que se entende existir.

A questão do sofrimento é portanto a de seus sentidos. Aspecto incontornável da história e experiência humanas, o sofrimento, mais do que algo a ser erradicado, é algo a ser compreendido. É o que Nietzsche (2008, p. 53), sintetiza em uma das passagens mais famosas de sua *Genealogia da Moral*: “(...) o que revolta no sofrimento não é tanto o sofrimento em si, mas sua ausência de sentido”. A experiência do sofrimento carrega consigo o imperativo de sua compreensão. Para que não se configure como algo revoltante, como o pôs Nietzsche, ou, em termos mais correntes e atuais, como

algo demasiado angustiante, o sofrimento demanda que se lhe confira feições apreensíveis. O sofrimento, em suma, convoca sua narrativa.

As narrativas que atribuem ao sofrimento humano os sentidos capazes de equacioná-lo existencialmente trazem consigo as particularidades da cultura em que são forjadas. Douglas (1991) argumenta que a angústia em relação à violação de sua pureza é o que permite a uma sociedade definir mais claramente a si mesma. Os sofrimentos a que uma cultura se percebe exposta são os que se relacionam à contaminação do que lhe é mais essencial e, por isso mesmo, embutem seus traços distintivos. Hacking (2003), por sua vez, frisa a dimensão narrativa da relação entre risco, sofrimento e cultura. Para o autor, um sofrimento específico adentra o repertório dos perigos a serem considerados por uma sociedade apenas quando apresentado narrativamente como dotado da possibilidade de macular a pureza daquilo que mais se valoriza.

As narrativas do sofrimento humano, portanto, se configuram como elementos distintivos das culturas em que se tornam dominantes. Por conseguinte, as transformações a partir das quais se engendram traços que particularizam diferentes sociedades mantêm vínculos com mudanças nos sentidos majoritariamente atribuídos à experiência da dor. São, por exemplo, conhecidas formulações que relacionam o sofrimento mais típico ao homem moderno à segurança de uma vida continuada e angustiantemente idêntica a ela mesma, em um contexto em que posições sociais se mantinham relativamente bem demarcadas (Freud, 1998), ao tempo que a norma ostentava considerável eficácia produtiva e os sujeitos eram formados pelo modelo disciplinar de padronização de valores e condutas (Foucault, 1979). Em relação aos sofrimentos que tipificam a contemporaneidade, por sua vez, foram recorrentemente enfatizadas causalidades que frisam menos a esfera coletiva do que angústias de dimensão individual. Com a redução tanto real quanto simbólica do papel do Estado como representante legítimo do interesse público e a falência de projetos amplos de redenção de massas (Vilain & Lemieux, 1998), os sofrimentos da atualidade passam a guardar maiores nexos com relações causais que repousam sobre a insegurança decorrente da ampliação radical do horizonte do possível, o fardo da responsabilidade pessoal pela própria trajetória e o desafio da expressão autônoma de si mesmo (Ehrenberg 1995). Em paralelo, a normatização perde espaço para uma lógica de

gestão de riscos, a qual atua de forma destacada na conformação de uma cultura simultaneamente convidativa ao hedonismo e rigorosa em relação à punição de excessos dessa prática (Gusfield, 1981; Garland, 2001).

Entre os objetivos da presente dissertação, figura o de estabelecer relações entre os sentidos majoritariamente atribuídos ao sofrimento humano por uma sociedade, as particularidades das narrativas midiáticas que se colocam em circulação em determinados contextos e a cultura política cuja configuração favorecem. As mudanças nas maneiras como se compreende mais caracteristicamente o sofrimento, argumenta-se, se associam a transformações nas narrativas por meio das quais o noticiário propõe explicações para as mazelas sociais e os problemas dos homens, de modo a interagirem com mutações na percepção e comportamento políticos mais recorrentes em determinado espaço e tempo. De fato, uma vez que diferentes culturas, épocas ou sociedades atribuem, em prejuízo de outras, maior protagonismo a determinadas explicações para a experiência inescapável da dor, parece possível assumir que os nexos entre, de um lado, transformações socioculturais e, de outro, mudanças nas narrativas às quais o noticiário atribui maior destaque constituam espaço adequado a reflexão sobre aquilo que particulariza a cultura política do nosso tempo. A ideia proposta é a de que, no âmbito das narrativas midiáticas, as últimas décadas têm abrigado deslocamento crescente de sua ênfase de sentidos que se articulam com causalidades de ordem coletiva em direção a explicações que enfatizem perspectivas mais individuais para a dor. Uma mutação que, propõe-se, guarda significativas relações com a prevalência do tema da corrupção política no cenário midiático nacional contemporâneo.

## **1.2 Causalidades Coletivas X Causalidades Individuais**

Em pesquisa sobre a percepção das elites acerca da pobreza e da desigualdade, a cientista social Elisa Reis (2000) analisa um estudo do sociólogo holandês Abram De Swaan sobre as condições de emergência do Estado do bem-estar social. O autor lembra que, durante a Revolução Francesa, quando a população mais pobre simplesmente invadia reservatórios de água não-contaminada mantidos pelos mais

ricos, as iniciativas individuais de combate às epidemias de cólera passaram a se mostrar ineficazes e onerosas. A solução, concebida pelas próprias elites, foi a de fazer da saúde de muitos um problema de todos. Aos governos dos novos regimes, conclui De Swaan, passaria a caber a provisão de bens de cidadania e a coletivização de soluções para mazelas sociais.

Em diversos momentos, a modernidade privilegiou explicações ao sofrimento erigidas ao redor de causalidades coletivas. Para o sujeito moderno, o sofrimento de terceiros constituiu frequentemente, em maior ou menor grau e de forma mais ou menos direta, objeto da ação política. Na medida em que teriam origem em distorções intrínsecas à organização social genericamente designada como “o sistema” ou “o capitalismo”, problemas como a miséria e a desigualdade figuraram reiteradamente na ordem do dia de projetos revolucionários, iniciativas públicas e programas governamentais. Diferentes na intensidade de suas propostas e no alcance de suas iniciativas, ao tempo que oscilantes na seleção de vilões e escolha de métodos de atuação, uma série de experiências modernas tiveram em comum o objetivo de mitigar o sofrimento coletivo, quando não aspiraram à sua completa erradicação. O socialismo, o comunismo e o Estado do bem estar social constituem exemplos significativos.

Para as democracias modernas, o agente por excelência da ação política por meio da qual se poderia atenuar o sofrimento de causalidade coletiva é, de forma ampla, o Estado, entendido como representante legítimo da vontade pública manifesta sob a forma dos votos de um conjunto de cidadãos cuja vontade se torna soberana na medida em que constitui maioria eleitoral. A atividade política consistia sobretudo na representação de um grupo de eleitores que exerce o direito democrático de apoiar um projeto ou agenda em detrimento de outros. Nesse contexto, aqueles que exerciam cargos públicos desapareciam por trás de suas funções (Vilain & Lemieux, 1998) e o mérito de sua atuação não deveria ser avaliado senão segundo seu compromisso com propostas antes consagradas pela coletividade de seus eleitores. A legitimidade de um representante emanava das urnas e qualquer desvio que porventura viesse a cometer só poderia ser punido em situação igualmente eleitoral.

Atualmente, no entanto, a legitimidade política já não se configura necessariamente como decorrência direta dos resultados de eleições, mas como algo a ser



constantemente renovado (Rosanvallon, 2006). Junto ao ressurgimento de modelos mais liberais de administração pública, novos atores assumem papel de destaque na cena política e acirram as disputas pelo título de porta-voz do interesse comum. Em um contexto em que meios tradicionais de comunicação, Ministério Público e, mais recentemente, redes sociais, entre outros, dividem a condição de lugar de autêntica defesa do bem público, restam àqueles que desempenham a atividade política os esforços de equilibrar o compromisso eleitoral em relação à coletividade responsável por sua eleição e suas próprias decisões individuais. A fronteira entre a ação política e o comportamento pessoal se torna cada vez mais indistinta.

Aspecto singular da contemporaneidade, a individualização das cadeias causais a partir das quais se explica politicamente o sofrimento humano encontra correspondências entre as particularidades do noticiário atual. Há décadas, as narrativas midiáticas preponderantes apontam seus holofotes cada vez menos para a traição de compromissos de campanha ou para eventuais falhas de representação satisfatória das necessidades de parcelas expressivas da população. Antes, denunciavam muito mais recorrentemente a incompetência administrativa dos políticos, os problemas decorrentes de sua negligência – noção que, diga-se de passagem, autoriza a extensão infinita do campo de mazelas cuja responsabilidade pode ser atribuída ao Estado – e, sobretudo, o sofrimento infringido a indivíduos em decorrência de sua imoralidade. Eis então uma das transformações a partir das quais parece possível compreender a conversão da corrupção política em estrela das narrativas midiáticas na contemporaneidade e chave explicativa para o sofrimento e os problemas que afligem aos homens de hoje. Quando a legitimidade não se restringe à representação de um público e as faltas de um político assumem características morais, as sanções a que um político está sujeito já não se resumem às derrotas eleitorais. Além de riscos periódicos de derrota nas urnas, corre-se atualmente o perigo crescente de revezes como *impeachments*, Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e escândalos midiáticos. A história recente do Brasil não deixa faltar exemplos. São alguns deles o impedimento do ex-presidente Fernando Collor de Melo, as centenas de CPIs que têm marcado nossa jovem democracia e a enxurrada de escândalos com as quais nos inundam diariamente os principais jornais, revistas e TVs do país.

Reprisada exhaustivamente pelas ruas e redes sociais sobretudo no ano de 2013, a bandeira “Feliciano não me representa”<sup>12</sup>, por exemplo, desconsidera o que existe de inconciliável entre, de um lado, o incômodo moral decorrente da cruzada política e midiática que o pastor Marco Feliciano empreende principalmente contra homossexuais e, de outro, a agenda ultraconservadora dos eleitores que o fizeram deputado. Ainda, a ampla difusão por parte da mídia e a crescente aceitação por parte do senso comum da existência de uma suposta “crise da democracia representativa”<sup>13</sup> a ser remediada por intermédio da adoção de mecanismos de participação direta no processo político, por sua vez, podem ser compreendidas à luz da guinada recente de nossa cultura política em direção à individualização das causalidades a partir das quais se entende o sofrimento. Por um lado, a democracia direta enfatiza a existência do indivíduo enquanto tal em detrimento de seu pertencimento a uma coletividade e prioriza o zelo por seus direitos à adesão a eventuais causas. Mais do que subscrever projetos e sustentar o encampamento de agendas que abranjam maior número de pessoas, o sujeito contemporâneo parece interessado em assegurar a si mesmo a possibilidade de sua própria expressão política. Por outro lado, é frequente que o clamor pela adoção de experiências de participação democrática direta integre uma agenda marcadamente moral. Sobretudo em ambientes virtuais, demandas como a fiscalização de contas públicas, monitoramento de obras e sua situação orçamentária e o controle da frequência de parlamentares na Câmara e Senado adquirem destaque midiático crescente, de modo a alcançarem o estatuto de reivindicações políticas tão legítimas quanto a redução das desigualdades sociais, a universalização do acesso a serviços de saúde, ou a garantia de educação pública de qualidade para todos. O indivíduo que, mais do que se comprometer com a solução de problemas que estão na origem do sofrimento de amplas massas, esforça-se para garantir a si mesmo as oportunidades de manifestação política individual e controle da atuação, tida por definição como corrupta, daqueles que detém atribuições de representação coletiva

---

<sup>12</sup> A trajetória do pastor Marco Feliciano, deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC), é marcada pela divulgação de uma série de declarações e medidas agressivas contra grupos como homossexuais e negros. Mesmo assim, em março de 2013, tornou-se presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), após indicação de seu partido. A sessão parlamentar que concedeu a presidência a Feliciano teve baixíssimo quorum e foi abandonada por alguns opositores do pastor.

<sup>13</sup> Os temas de uma eventual crise da democracia representativa e da necessidade de conformação de possibilidade de participação direta do cidadão no processo político se tornaram particularmente fortes a partir das manifestações de junho de 2013.

concorre para a aproximação significativa entre as condições de cidadão e a de consumidor de serviços prestados pelo Estado.

Parece então compreensível o fato de que um contexto no qual se compreende em larga medida a representação pública como tarefa individual e as relações entre os sujeitos e o Estado sejam permeadas pela lógica do consumo inclua entre seus traços distintivos a aproximação máxima entre as ideias de política e gestão. De fato, se há algumas décadas uma liderança política digna dessa denominação definia-se por ser necessariamente capaz de representar legitimamente – quando não a coletividade de uma cidade, estado ou país – o conjunto de eleitores que subscreveu previamente seus projetos e agendas, atualmente um líder político competente é mais tipicamente alguém capaz de nomear quadros técnicos qualificados, firmar alianças importantes ou eleger aliados e sucessores. Caso interpretada não sob uma perspectiva pessoal, mas sim a partir das mutações pelas quais vêm passando a cultura política brasileira, a trajetória do ex-presidente Lula, personagem fundamental da cena pública nacional há muitos anos, constitui exemplo expressivo. Na década de 1980, seu capital político emanava sobretudo de sua capacidade de, na condição de líder sindical, representar legitimamente os trabalhadores brasileiros, seus interesses e causas. Mais recentemente, no entanto, o destaque de Lula na cena pública se relaciona principalmente à sua competência como articulador político, sua capacidade de constituir maiorias e seu poder de fazer com que interesses distintos convirjam para fins que identifica como estratégicos.

Seria equivocado incluir entre as consequências das formas particularmente contemporâneas de compreensão do sofrimento expressas pelas narrativas que se fazem preponderantes na mídia atual a negação à esfera política da condição de lugar de construção de sentidos capazes de contribuir simultaneamente para a administração existencial da dor atrelada a problemas sociais e para a indicação de singularidades da nossa cultura. Ao contrário, a política segue como um dos campos privilegiados à construção dos sentidos de que a experiência do sofrimento não pode prescindir e as transformações pelas quais têm passado se articulam de forma significativa com as características da cultura em que são forjadas e as particularidades das narrativas por meio das quais a mídia designa mais usualmente a dor. Nesse contexto, é

compreensível que a avaliação marcadamente moral da atividade política e dos indivíduos que a protagonizam, que distingue a cultura contemporânea, guarde nexos com a explicação reiterada exaustivamente pelas narrativas de jornais, televisões, revistas e redes sociais brasileiras para uma série de mazelas sociais e, por consequência, para o sofrimento humano. Um ambiente narrativo que encontra na noção de corrupção seu principal *leitmotif*.

### **1.3: Política x Valência**

Há no pensamento de alguns autores argumentos que podem servir de apoio à ideia de que, articulada a narrativas midiáticas que guindam a corrupção à posição de problema de máxima relevância política, a cultura contemporânea abriga entre suas características distintivas a de deslocar o Estado de sua função de representação de coletividades que ocasionalmente se organizam como eleitorado em direção a outras ligadas sobretudo à gestão dos recursos públicos. A atual tendência, uma compreensão mais individualizada tanto dos problemas quanto da atuação política, concorre, de maneira crescente, para a maior ênfase de atributos pessoais daqueles que desempenham atividades políticas em detrimento dos programas e agendas com as quais se comprometem. Em um contexto em que a corrupção figura no centro de uma parcela expressiva das narrativas que compõem o noticiário político e é amplamente percebida como característica comum à totalidade dos indivíduos que detêm poder público, a competição política deixa progressivamente de se configurar como debate ideológico.

Para Stokes (1963), por exemplo, as disputas eleitorais contemporâneas tendem a ser cada vez menos determinadas apenas a partir do confronto entre projetos políticos, de modo que o espaço de competição política atual não pode ser resumido ao campo dos embates ideológicos. A adequada compreensão das contendas eleitorais envolve fatores cognitivos que apontam para além da comparação dos programas políticos atribuídos a si mesmos por diferentes candidatos. Groseclose (2001), por sua vez, sustenta que, sempre que um candidato tem sobre os demais uma vantagem pessoal na disputa eleitoral – algo que o autor designa como uma maior *valência*, a exemplo de

alguma virtude de caráter pessoal, biográfica ou de maior lembrança do candidato por parte dos eleitores –, torna-se para ele possível moderar seu discurso e, dessa forma, aproximar-se de uma parcela maior do eleitorado, obrigando que seus adversários assumam posições mais extremadas e, por isso, se comuniquem com fatias mais reduzidas da população. Ao contrário do que se poderia talvez esperar, o candidato que, em situação de disputa eleitoral, detém sobre seus adversários uma vantagem de ordem pessoal – ou, como o coloca Groseclose, como o dotado de maior *valência* – tende não a se aproveitar dela para fazer valer sua posição política ideal, seja ela mais à esquerda ou à direita, mas a mover suas propostas em direção ao centro, sem que isso implique necessariamente o abandono, por parte do candidato de maior valência, da implementação do programa político de sua preferência, mas sobretudo a possibilidade de obtenção de maior apoio para sua eleição e posterior implementação. Parece ser, por exemplo, o que aconteceu nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006, quando o ex-presidente Lula pôde adotar discurso mais brando, isolando seus oponentes e restringindo seu público adversário aos setores mais conservadores do eleitorado.

Se, por muito tempo, o debate político se constituiu sobretudo a partir do conflito entre projetos e ideologias distintas, a sociedade contemporânea reúne entre suas particularidades a atribuição de crescente relevância a aspectos pessoais daqueles que detém ou pleiteiam cargos públicos. A este trabalho, interessa, nesse sentido, a ideia de que, atualmente, um candidato que seja apresentado pela mídia como moralmente mais íntegro que seus adversários ou que, inversamente, enfrente concorrentes apontados como corruptos pela imprensa, estará em melhores condições de se comunicar com parcelas maiores do público e, por conseguinte, de ser eleito, independentemente de seus programas políticos serem mais ou menos consistentes. Dessa forma, a centralidade atribuída pelas narrativas midiáticas contemporâneas ao tema da corrupção política pode, em alguns casos, se colocar, de forma paradoxal, contra o interesse público.

#### **1.4 Política da Piedade e Cultura da Vítima**

O confronto com imagens do sofrimento pode constituir ocasião da produção de seus sentidos. Boltanski (2004) desenvolve politicamente os dilemas de um espectador que, à distância, se depara com o sofrimento de um semelhante. Interpelado moralmente pelo que vê, mas incapaz de intervir sobre as circunstâncias que estão na origem do problema que tem à frente dos olhos, o espectador encontra na fabricação de respostas ao sofrimento um compromisso político a ser abraçado como causa. Sob a forma de sua denúncia, o sofrimento de alguém que está distante e com quem não mantemos vínculos pessoais passa então à condição de questão política.

Ao mecanismo tipicamente moderno a partir do qual o reconhecimento do sofrimento de terceiros se converte em argumento político por excelência, Hannah Arendt (2011) chamou “Política da Piedade”. A partir da Revolução Francesa, o espetáculo do sofrimento de estranhos passa a demandar a participação política de quem não compartilha da condição dos que sofrem, uma vez que passa a ser compreendido não de maneira particular, mas como algo que se relaciona às próprias características da sociedade de que todos fazem parte. Ora, se o sofrimento visível de um semelhante é produto de condições sociais específicas, ele também pode ser evitado, diminuído ou mesmo eliminado pela transformação mais ou menos radical das próprias conformações estruturais que estão em sua origem. O sofrimento de estranhos constitui portanto uma questão política.

As narrativas do sofrimento que suscitam a piedade que dirige um público em princípio desinteressado à ação política são protagonizadas por um sofredor que atua como arquétipo de si mesmo e adquire legitimidade exatamente na medida em que funciona como emblema dos muitos que sofrem como ele. O trabalhador empobrecido, o miserável e, ainda mais genericamente, o oprimido, são personagens centrais do drama moderno, cuja saga consiste de forma ampla na superação de mazelas e deformidades sociais garantidas por arranjos políticos injustos.

O problema moral da visão do infortúnio alheio abre então caminho para a construção de laços entre desconhecidos. A piedade em relação ao pobre ou a adesão à causa do repúdio à miséria, por exemplo, colocam espectador e sofredor lado a lado politicamente, ao mesmo tempo que os separa sob o ponto de vista social. Aqueles que não sofrem mas se deixam sensibilizar pelo sofrimento alheio adquirem a

responsabilidade política de contribuir – votando em partidos de agenda mais marcadamente social ou aderindo a movimentos, protestos ou revoluções – para a alteração das configurações sociais sobre as que se ancora a miséria de seus semelhantes. Na modernidade, narrativas políticas de esquerda resolveram exemplarmente o problema da sustentação de vínculos entre sofredores e não-sofredores. Inspiradas por teorias marxistas da exploração, as críticas sociais de viés esquerdista constituem a forma geral de causalidades que estabelecem conexões entre a felicidade de poucos e o sofrimento de muitos, entre a fortuna das elites e o infortúnio da classe trabalhadora.

Entre os méritos das narrativas do sofrimento humano erigidas ao redor da noção de dominação de um segmento social por outro, Boltanski (2004) destaca o fato de permitirem a distinção entre os sofrimentos de origem política e social e os que são próprios à condição humana, como morte em idade avançada ou frustrações amorosas. A partir dessa diferenciação, torna-se possível escolher entre todos os problemas em relação aos quais é ou não razoável que nos mobilizemos em nome dos quais faz sentido organizar a ação coletiva. À cena política, devem ser conduzidos os sofrimentos cuja superação motivaria massas de personagens que cumprem o arquétipo do oprimido a buscar a redenção encarnada pelo triunfo sobre seu opressor, seja ele um ditador ou um patrão.

Uma série de reviravoltas se colocam na origem tanto da crise da política da piedade quanto da entrada em cena da vítima como personagem central das narrativas de sofrimento que singularizam nossa cultura (Vaz & Rony, 2011). Em um primeiro momento, a elevação, em detrimento de documentos e evidências materiais, do testemunho dos sobreviventes do extermínio dos judeus pelos nazistas à condição de provas legítimas do horror a que foram submetidos, valoriza a vítima aproximando sua fala da condição de verdade. De fato, o protagonismo da vítima na explicação ao sofrimento encontra reflexos entre muitos dos que se lançaram à delicada tarefa de escrever sobre os episódios agrupados sob a metonímia “Aushwitz”<sup>14</sup>. Em Wiesel

---

<sup>14</sup> Há, por outro lado, entre os autores que se ocupam das narrativas do sofrimento dos judeus nos campos de concentração nazistas, aqueles que oferecem contrapontos à centralidade da vítima como portadora da verdade sobre o sofrimento de Auschwitz. Primo Levi, judeu italiano que sobreviveu aos campos de concentração e um dos mais destacados cronistas do tema, rejeita a validade de separações morais completas no desígnio da barbárie. Por meio de seu célebre conceito de “zona cinzenta”, Levi

(1994), há a noção de que a testemunha fala apesar de sua vontade, como quem cumpre uma missão que lhe teria sido imposta pela condição de portador da verdade. Em Lanzmann (1987), não apenas existe a ideia de que o sobrevivente é alguém que resistiu à morte sobretudo para que pudesse se tornar testemunha da verdade de seu sofrimento, como a fala testemunhal que veicula assume estatuto de forma apropriada por excelência à tematização da *Shoah*. Em Agamben (2008), a verdade sobre Auschwitz poderia se dar a conhecer não fosse o fato de que as testemunhas autênticas não são as que narram o sofrimento dos campos de concentração, mas as que não sobreviveram para testemunhá-lo.

Seja como for, a aproximação do testemunho de sobreviventes à verdade sobre a catástrofe da qual são vítimas – a exemplo do que ocorreu em 1960, durante o tribunal que condenou o nazista Adolf Eichmann (Arendt, 1999) deslocou a ênfase narrativa da superação das condições estruturais das quais emanam o sofrimento para a punição exemplar daqueles que são individualmente responsáveis por ele. Já não se trata de libertar oprimidos de opressores e redimir uma classe do sofrimento que lhe é infringido pelos desdobramentos históricos, políticos e sociais. Trata-se, antes, de garantir que determinados sofrimentos não voltarão a se abater sobre suas vítimas, as quais, então, conservarão seus direitos a uma rotina segura e prazerosa (Vaz & Rony, 2011).

Anos mais tarde, em um primeiro momento na Europa e nos Estados Unidos, movimentos de minoria servem de cenário à reafirmação da centralidade da vítima como personagem das narrativas do sofrimento humano. O infortúnio de grupos tratados não mais genericamente como oprimidos, mas como vítimas de violências atreladas a preconceitos singulares traz consigo a ênfase sobre a punição de seus opressores, os quais por sua vez passam a ser identificadas com personagens mais particulares, como machistas, racistas e homofóbicos.

Por fim, ainda mais recentemente, a emergência de movimentos de vítimas de crimes e acidentes afirma-se como novo ponto de virada a partir dos quais as narrativas de

---

aventa a possibilidade de que a sobrevivência a Auschwitz aponte não tanto para algum tipo de heroísmo individual, mas para o fato de que só se sobrevive aos campos nazistas na medida em que tantos semelhantes foram mortos. Nesse sentido, noções como “vítima” e “carrascos” devem ser relativizadas.



sofrimento fazem das vítimas suas protagonistas. Nesse ponto de nossa trama social, a condição de vítima se desprende completamente de sua definição estrutural ou relação com uma conjuntura política para definir-se simplesmente pelo contato pontual com um evento de sofrimento específico. Surgidas a partir de circunstâncias totalmente imprevisíveis pelas pessoas afetadas pelo infortúnio que denunciam, associações de vítimas se articulam com um novo tipo cultura política, a qual coloca em primeiro plano o repúdio à irrupção fortuita do sofrimento no curso de existência de indivíduos que, mais do que mudanças sociais ou políticas, passam a reclamar acima de tudo sua perfeita proteção (Vilain & Lemieux, 1998). Uma tarefa que, de forma tão difusa quanto a origem do sofrimento contra os quais se pretendem precaver, caberia genericamente ao Estado e seus agentes, sob pena de serem descritos como negligentes, incompetentes e, principalmente, corruptos.

Paulo Vaz e Janine Cardoso (2008) estabelecem vínculos entre as mutações que se produziram recentemente entre, de um lado, a relação entre indivíduos e Estado e a compreensão socialmente preponderante da atividade política e, de outro, os padrões que se fazem majoritários nas narrativas do sofrimento humano pela mídia. Ao analisar comparativamente exemplos da cobertura jornalística de eventos em que o sofrimento emerge de forma marcadamente fortuita, como catástrofes naturais ou epidemias, os autores chamam atenção para mudanças históricas significativas. Antes, argumentam os autores, preponderavam apreensões mais sistêmicas da origem do sofrimento e a dor se convertia em questão política por meio da assunção mais ou menos generalizada de que o Estado atuaria para manter a estrutura social, crenças e práticas às quais poderia ser atribuída. Em um contexto como esse, então a conquista do Estado – por meio, por exemplo, do triunfo eleitoral de grupos ou representantes políticos comprometidos com uma agenda transformadora – construiria o início do caminho para mudanças sociais profundas, por meio das quais seria então possível erradicar ou reduzir mazelas no futuro. Hoje, por outro lado, a causalidade que atrela mais usualmente o Estado à emergência de eventos que infringem sofrimento aos homens se apoia de forma frequente sobre a ideia da negligência de políticos. Em uma conjuntura que abriga entre suas singularidades a de enfatizar o direito tido como inerente a cada indivíduo a uma vida prazerosa, a interrupção da felicidade presente seria atribuída ao descaso e à imoralidade de um Estado que falha em nos assegurar nosso bem-estar.

Desta forma, o sujeito contemporâneo está cada vez mais suscetível à construção de causalidades retrospectivas, a partir das quais o sofrimento presente adquire sentido a partir da imoralidade pregressa de governantes, que, incompetentes ou corruptos, teriam falhado em evitar a dor que se experimenta. Quando o sofrimento se deve a decisões falhas por parte dos políticos, tende-se a individualizar os sofredores e argumentar que eram e mereciam continuar sendo felizes.

Em um cenário como o contemporâneo, no qual faltas individuais e falhas morais dos indivíduos que desempenham atividade política respondem mais frequente e efetivamente aos anseios existenciais dos sujeitos que se confrontam com a experiência do sofrimento, parece ser adequadamente descrito como aquele em que os indivíduos estabelecem vínculos a partir do reconhecimento de si mesmos como vítimas da corrupção política. Nas redes sociais, nos comentários de notícias jornalísticas em plataformas digitais ou mesmo em encontros cotidianos, os cidadãos de bem da atualidade parecem reconhecer-se como tal na medida em que entendem seu sofrimento como decorrência da ação imoral da classe política que os representa.

### **1.5 Sofrimento e Comunicação Política na Contemporaneidade**

Os paradigmas narrativos professados por inúmeros manuais de roteiro envolvem heróis que superam uma série de obstáculos e fazem de sua trajetória uma conquista verossímil com que o espectador possa se identificar (Field, 2001; Maciel, 2003; Mckee, 2006). Com origem nas formas dramatúrgicas que marcam o fim do privilégio do sagrado e o início da hegemonia burguesa, os modelos narrativos que enaltecem o triunfo do homem sobre o sofrimento que lhe é imposto pelos problemas do mundo ainda hoje dão conta das principais narrativas de diferentes gêneros e formatos. Com representantes de alta popularidade, como o cinema hollywoodiano e as telenovelas brasileiras, as formas narrativas estruturadas ao redor da identificação entre o sofrimento privado dos indivíduos que compõem o público e o sofrimento dramático de atores argumentam a verossimilhança de uma trama que corre em direção à resolução exitosa de conflitos construídos a partir dos obstáculos que se opõem à motivação de um protagonista por quem o espectador adquire empatia.

Historicamente dominante, esse tipo de estrutura dramática teve seu predomínio muitas vezes atribuído à possibilidade de suspensão da preocupação do espectador em relação à própria vida. Sobretudo à televisão, foi arrogada a propriedade de dar ao indivíduo a chance de afastar seu pensamento do trabalho que se inicia na manhã seguinte, deixar momentaneamente de lado a posição que desempenha na sociedade e se esquivar provisoriamente da repetitividade de uma vida angustiantemente idêntica a si mesma. Enunciado por comentaristas da indústria cultural em termos de alienação, o desprendimento do espectador de sua vida encontra sustentação narrativa relação entre o espectador e um herói que prova sua capacidade de superar problemas. Envolvimento e identificação são chaves de um sucesso que se apoia na arte de fazer o espectador compartilhar, ainda que temporariamente, o sofrimento alheio.

Ehrenberg (1995) destaca as crises de audiência, de recursos e de renovação de conteúdo pelas quais muitos programas da televisão francesa que apostam no par empatia-verossimilhança têm passado nas últimas décadas. O autor atribui essa tendência negativa ao declínio da normatização da demarcação mais clara das posições sociais, características que atrela à sociedade moderna. O contemporâneo, por sua vez, faria soberanos os sentidos de autonomia pessoal e performance particular dos indivíduos, especificidades melhor expressas por espetáculos que colocam em cena, tanto quanto possível, a própria realidade. Exemplo máximo dos desdobramentos narrativos de reviravoltas de ordem sociocultural, os *reality shows*, formato televisual de importância crescente, apostam não mais na proximidade entre o espectador e o personagem que sofre, mas no sofrimento autêntico de um protagonista real.

Ao inaugurar a possibilidade de que cada indivíduo interprete a si mesmo nas imagens da televisão, os espetáculos de realidade argumentam a igualdade do infortúnio de todos os indivíduos e autorizam a conversão do autêntico sofrimento pessoal em entretenimento de interesse coletivo. Enquanto os personagens dos dramas modernos encarnavam tipicamente conflitos entre campo e cidade, arcaico e novo, ricos e pobres, opressores e oprimidos, infortunados e felizes, o protagonista das narrativas dos espetáculos de realidade é o perfeito herói contemporâneo: o narrador de si mesmo que sofre para conseguir por conta própria um lugar ao sol.

Articuladas por definição às particularidades culturais do contexto em que circulam, as narrativas políticas do sofrimento humano parecem estar sujeitas a transformações similares às que transcorrem no mundo do entretenimento. Mais recentemente, a expectativa em relação ao Estado deixa progressivamente de ser a de que se constitua como agente das reviravoltas a partir das quais, por meio da ação coletiva, o sofrimento humano poderia ser mitigado. Antes, cabe ao poder público sobretudo a tarefa de evitar que o sofrimento recaia sobre indivíduos que se percebem como detentores do direito inalienável a uma vida feliz e segura. Diante de um cenário como esse, o personagem do sofrimento deixa de ser o daquele a quem a sociedade oprime em razão de suas próprias configurações injustas e em relação a quem está coletivamente em dívida, para se tornar o de alguém que não foi adequadamente protegido de infortúnios decorrentes da incompetência e, ainda mais fundamentalmente, da falha moral de seus governantes.

A exemplo das mudanças formais que se produzem em outras arenas audiovisuais, algumas das principais narrativas políticas da atualidade colocam em cena algumas das mutações históricas pelas quais têm passado as percepções preponderantes sobre o sofrimento e, ainda mais destacadamente, o personagem do sofrimento. Todavia, há no cenário atual exemplos de programas políticos que apostaram de forma igualmente exitosa, tanto em termos estilísticos quanto eleitorais, em abordagens distintas do sofrimento humano, como, por exemplo, as campanhas dos prefeitos Fernando Haddad, do PT, e Eduardo Paes, do PMDB, às prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro, em 2012.

De um lado, o então ministro Fernando Haddad era candidato de oposição em um cenário em que seus adversários mais relevantes estavam alojados à sua direita. Ocupava portanto uma posição que o autorizava a privilegiar narrativas publicitárias mais clássicas das esquerdas, as quais enfatizam o Estado como provedor principal de soluções ao problema coletivo do sofrimento humano. Talvez por isso tenham sido frequentes, em seus programas, termos mais generalistas, como “o paulistano” e “os filhos de São Paulo”, bem como o recurso reiterado a “retratos” que representam não um indivíduo em particular, mas toda a sua classe: o usuário de transporte público, o dependente de drogas, a mãe desassistida, a criança abandonada, o cidadão que sofre

nas filas das unidades de saúde pública ou o cidadão que alimenta o sonho irrealizado da casa própria.

De outro lado, os programas de Eduardo Paes, então prefeito candidato à reeleição em um cenário em que seu único adversário de alguma expressão reivindicava para si mesmo a condição de representante da esquerda, têm como elemento distintivo seu teor documental. A partir desta opção estilística, os programas sustentam suas premissas em depoimentos individuais de pessoas que teriam superado veridicamente seu sofrimento, ao tempo que a prefeitura, de forma mais ampla, estaria ajudando a cidade a vencer seus dramas. A narrativa de um renascimento do Rio de Janeiro é contada por personagens singulares que, segundo o programa, a teriam protagonizado. Indivíduos que, a julgar pelas anedotas e detalhes que fornecem sobre suas vidas, sempre mereceram ser felizes e deixaram de sê-lo apenas na medida em que, em gestões anteriores, foram representados por políticos individualmente incompetentes ou moralmente falhos.

A julgar pela aura de autenticidade de narradores reais e pela tendência à identificação do espectador contemporâneo com seu sofrimento, torna-se possível argumentar que, condições políticas e estratégicas à parte, a campanha de Eduardo Paes apresenta maior sintonia com as tendências atuais de abordagem do sofrimento humano. Tomados como narrativas do sofrimento e pensados portanto a partir dos vínculos que mantém com as características da sociedade em que se produzem, os programas políticos que privilegiam perspectivas individuais, em detrimento de tratamentos mais coletivos aos problemas sociais, são também os que enfatizam elementos que distinguem a cultura contemporânea.

Por outro lado, a despeito de sua capacidade de forjar uma relação de proximidade entre público e personagem, as narrativas políticas que entregam seu protagonismo a indivíduos reais propõem uma abordagem simplificada da vida humana, o que talvez constitua a origem de seu sucesso. Ao desvincular trajetórias pessoais e causalidades estruturais, deixando de lado fontes relevantes do sofrimento de indivíduos, algumas das narrativas políticas atualmente preponderantes delineiam o ideal de uma felicidade privada. Em síntese, a vida dos indivíduos retratados por programas político-eleitorais de aspecto documental não é tanto aquela engendrada por condições sociais

específicas. É, antes, a que poderia ter sido, não fosse a incapacidade do Estado de provê-la.

## **Capítulo 2 - A Corrupção como Protagonista da Cultura**

### **2.1 Corrupção e Contra-Democracia**

Um dos objetivos desta dissertação é propor relações entre o destaque atribuído pela mídia contemporânea ao tema da corrupção política e algumas das especificidades da nossa cultura. De fato, a observação cotidiana de jornais, revistas, televisão ou redes sociais deixa poucas dúvidas sobre a relevância designada pela sociedade brasileira atual às práticas de corrupção na política. Por outro lado, a constatação da centralidade da corrupção entre as narrativas que compõem o noticiário político nacional não conduz à sua imediata compreensão como fenômeno. Por mais evidente que possa parecer a predileção midiática pela questão da corrupção política, seu protagonismo narrativo permanece à espera de explicações.

A ideia, por exemplo, de que a recorrência com que escândalos estrelados por líderes políticos recebem atenção da mídia constitui mero reflexo da realidade não resiste a olhar mais cético. Mesmo que a imprensa e o senso comum não hesitem em destacar a corrupção como principal característica da atividade política no Brasil contemporâneo, uma tese como a de que os políticos brasileiros atuais são singularmente corruptos seria, no mínimo, de difícil demonstração. Ao mesmo tempo, a noção de que, em épocas anteriores, o Brasil teria contado com representantes políticos comparativamente mais honestos dificilmente poderia ser tomada como algo mais que ingenuidade nostálgica. Ainda, a hipótese de que a corrupção política constitui exclusividade brasileira careceria inexoravelmente de sustentação que a diferenciasse de um simples preconceito. No entanto, apesar do caráter eminentemente abstrato de suas bases, a crescente erosão da confiança dos cidadãos em lideranças e instituições políticas constitui fenômeno real. Como não nos deixam esquecer as narrativas midiáticas da atualidade, a descrença generalizada na boa fé e sentido de responsabilidade dos indivíduos que detém atribuições de representação popular constitui elemento distintivo da nossa cultura política.

Rosanvallon (2006) argumenta que a desconfiança dos cidadãos em relação aos indivíduos a que transferem poderes por meio do voto é comum a diferentes governos representativos. Para o autor, o fato historicamente significativo consiste não tanto na suspeição em relação à atividade política, mas na maneira específica por meio da qual uma sociedade se organiza. As experiências democráticas, argumenta, são marcadas pela tensão, suspensa apenas muito pontualmente por ocasião do voto, entre a legitimidade conquistada por um político junto aos seus eleitores e a confiança do cidadão no indivíduo que ajudou a converter em representante. Não por acaso, os governos representativos teriam experimentado ao longo do tempo uma série de medidas cujo sentido seria o de restringir a independência de representantes eleitos, como o aumento da frequência das eleições ou a adoção complementar e direcionada de mecanismos de democracia direta. Aos ajustes históricos da representação democrática com vistas à manutenção da possibilidade de pressão dos governos em direção ao bem comum, Rosanvallon acrescenta mecanismos de finalidade semelhante, aos quais chamou *contra-democráticos*. Trata-se não da oposição à democracia, mas de elementos positivos de uma “democracia da desconfiança”, a partir dos quais a suspeição dos indivíduos em relação aos seus representantes e instituições é organizada em forma de práticas concretas, institucionais ou informais, como supervisões, fiscalizações e monitoramentos da política. Ao contrário de questionar a legitimidade dos sistemas representativos, a *contra-democracia* constitui o enfrentamento, por meio da delimitação permanente da ação política, ao problema do descrédito, inerente ao cidadão que apenas pontualmente se comporta como eleitor, da atividade democrática. Trata-se, em suma, de esforços de fortalecimento do sistema representativo por meio de sua limitação.

Mas como entender o fato de que, entre todos os mecanismos que compõem a vasta gama de esquemas e práticas de *contra-democracia*, nossa sociedade privilegie de forma tão expressiva a denúncia midiática da corrupção como prática política por excelência? Não seria, por exemplo, plausível interpretar a conversão da corrupção em questão política destacada a partir de mudanças históricas que a teriam alçado à condição de expressão privilegiada de um descrédito do homem contemporâneo em relação aos seus representantes? Uma vez decifrada em suas articulações com a falta de confiança em relação a líderes e instituições políticas próprias aos sujeitos



submetidos a governos representativos, não seria razoável pensar a centralidade que a ideia corrupção adquire na mídia e cena pública do Brasil contemporâneo a partir de sentidos que guardem nexos com as particularidades de uma sociedade que abriga entre seus traços distintivos que a suspeição em relação à atividade política como um todo? A compreensão do protagonismo midiático da corrupção não envolveria, portanto, reflexões sobre transformações culturais e morais que estariam na origem da assunção generalizada de que os governos são tão mais corruptos quanto menos escrutinados pelos indivíduos?

Rosanvallon aponta caminhos para a elaboração dos sentidos político e moral da reiteração da corrupção pelas narrativas postas em circulação pela mídia contemporânea. Entre as transformações políticas que se colocam na origem da conformação singular da cultura atual, o autor destaca a “crescente insistência em transparência” e suas relações com a tendência – ela mesma também uma particularidade de nosso tempo – à “desideologização” da atividade pública. Atualmente, cidadãos descomprometidos com causas maiores e menos sensíveis às suas eventuais responsabilidades em relação à coletividade, pensam menos em conquistar o poder político e exercê-lo para determinados fins, e mais em torná-lo suficientemente transparente a ponto de o poderem controlar. Desta forma, a transparência substitui o exercício da responsabilidade como objetivo da política.

Quando, a exemplo do que aconteceu durante boa parte dos séculos XIX e XX, a política era compreendida sobretudo como conflito de sistemas mutuamente excludentes – ou, em termos marxistas, como luta de classes – os desvios pessoais de comportamento importavam menos. A questão política por excelência não era a anomalia de qualquer ordem, mas a própria normalidade, entendida em si mesma como injusta e desigual. A denúncia da corrupção, portanto, não constituía substituto para a crítica ao “sistema” e, antes do repúdio à apropriação indébita de capital mediante práticas obscuras, importava confrontar a lógica da acumulação de capital por meio da exploração de uma classe por outra ou obtenção de lucros por meio da exploração, por parte de um patrão, da força de trabalho de um empregado. “O desvio era a norma, não sua transgressão”, resume Rosanvallon.

O final do século XX, entretanto, é atravessado por um desencantamento ideológico a partir do qual a política passa a ser, de maneira ampla, enquadrada de forma mais individualizada. É nesse contexto que uma questão como a de se os políticos podem ou não ser confiáveis pode se tornar tão central e urgente como nos indicam as narrativas midiáticas da corrupção política. À medida que a desconfiança dos sujeitos em relação à política passa a se organizar, de forma crescente, sob a forma de uma renovada insistência social na ideia de transparência, escândalos e denúncias passam a ocupar o centro do palco político não tanto por declínio necessário da moralidade daqueles que desempenham atividade política, mas por mudanças na sensibilidade social de uma cultura que seleciona, entre todos os possíveis, os valores e problemas a que dá mais ou menos atenção. No lugar da criação, por intermédio da política, de uma sociedade melhor para todos, a busca pela transparência passa a ser o ideal democrático. Mais do que o zelo pelo interesse coletivo, a transparência tornou-se a virtude a partir da qual nossa cultura espera eliminar tensões e superar dificuldades. Erigidas ao redor da noção de transparência, as novas formas de organização de desconfiança, isto é, os contornos particularmente contemporâneos da *contra-democracia*, induzem uma maior exposição por parte de políticos de sua vida privada à imprensa como forma de aquisição de credibilidade, em uma sociedade que reúne entre seus elementos distintivos o de ser eminentemente midiática. “Não mais exigidos a demonstrar fidelidade a um lado, os políticos são obrigados a dar provas de honestidade pessoal e demonstrar a proximidade com os eleitores”, Rosanvallon sintetiza.

## **2.2 A Cultura do Escândalo**

Thompson (2000) elabora a aquisição de centralidade por parte da noção de corrupção entre as narrativas da mídia a partir da prevalência de escândalos no noticiário político. Para o autor, o mundo contemporâneo é destacadamente midiático e abriga entre os traços que o particularizam o de ter seus regimes de visibilidade e relações de poder significativamente transformados pela atuação dos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, os escândalos midiáticos passam a constituir dimensão importante da nossa cultura política na medida em que, independentemente dos eventos a que se referem, suas narrativas estabelecem invariavelmente relações com fontes reais de

poder, de modo a afetar concretamente seus protagonistas e as instituições com as quais se relacionam.

A recorrência dos escândalos entre os temas aos quais a mídia escolhe dar atenção na atualidade guarda relações como o fato de que os indivíduos que desempenham atividade política são muito mais visíveis do que no passado. O estabelecimento de uma distinção entre sua atuação como figura pública e sua vida privada constitui extraordinário desafio, para dizer o mínimo. Por isso, os escândalos políticos podem ser compreendidos como algo mais que terríveis tragédias pessoais que recaem sobre a carreira e reputação daqueles que os estrelam. É possível interpretá-los, Thompson argumenta, como episódios em que, no âmbito da realidade simbólica, são travadas lutas sociais em que cada um de seus protagonistas trilha a própria trajetória, em um desenrolar de eventos em relação aos quais, graças ao papel da mídia, suas sagas permanecem disponíveis ao olhar público.

Por um lado, o escândalo político é, por natureza, um evento contextualizado. Ele integra por definição um conjunto específico de circunstâncias, que envolvem personagens e organizações inseridas em determinadas relações de poder, normas, padrões morais e códigos ou práticas jornalísticas preponderantes em uma determinada cultura. Entretanto, sua emergência como fenômeno social mantém vínculos com expressivas mutações ocorridas mais recentemente em diversas sociedades, sobretudo na esfera política. Se as formas específicas assumidas pelos escândalos políticos podem variar de um contexto nacional para outro<sup>15</sup>, o declínio das ideologias e lealdades partidárias podem ser alojados, de forma geral, na origem da prevalência de escândalos no noticiário de todo o mundo contemporâneo. Em um contexto em que as disputas entre partidos políticos dizem cada vez menos respeito a compromissos com classes sociais ou causas constantes e bem demarcadas, os escândalos têm por vezes funcionado como testes de credibilidade aos quais são submetidos políticos cada vez menos frequentemente convidados a expressar fidelidade a ideais ou anseios de determinados segmentos sociais.

Resposta singular ao declínio das grandes ideologias e projetos políticos de alcance

---

<sup>15</sup> Ver nota n° 8.

coletivo particulares ao contemporâneo, a prevalência do escândalo político na mídia atual concorre para a crescente conversão de atividades privadas em eventos públicos. Articulada à ênfase, característica da cultura política atual, em atributos de caráter e confiança dos homens públicos, a mídia contemporânea se dedica, a exemplo do que nos indicam diariamente os principais veículos de comunicação brasileiros, à vida privada dos indivíduos que detêm responsabilidades públicas em um grau de intensidade e escrutínio raramente vistos no passado. Não por acaso, as narrativas do escândalo político parecem cada vez mais capazes de influenciar a relação entre os cidadãos e seus representantes. A partir do estabelecimentos de nexos, nem sempre tão diretos, entre desvios de conduta por parte políticos e exposição a riscos por parte de indivíduos, a cultura do escândalo coloca em funcionamento estratégias privilegiadas de atribuição de sentidos ao sofrimento. Reiteradamente narrado como decorrência de faltas morais por parte de indivíduos que desempenham atividade política, o sofrimento do homem contemporâneo passa a ser objeto do domínio causal que o torna existencialmente suportável.

Há fartura de exemplos entre os acontecimentos de destaque recente na mídia. De fato, é possível que uma análise que se abstinhasse de empregar argumentos de natureza estritamente moral encontrasse dificuldades em estabelecer narrativas capazes de apontar concretamente os efeitos deletérios de comportamentos como o porte de guardanapos na cabeça por secretários e membros destacados de um governo, na companhia de empreiteiros com os quais mantinham contratos e do próprio governador. Diante das imagens do episódio batizado pela imprensa como “escândalo dos guardanapos”, a dimensão da farra e fanfúrria parece importar mais ao público e à mídia do que o que existe de inequivocamente problemático na proximidade supra-profissional entre o poder público e um grupo empresarial em especial. De maneira semelhante, a relação entre o recurso abusivo a helicópteros custeados por verba pública e o assassinato do pedreiro Amarildo talvez parecesse demasiadamente frágil a um público menos familiarizado com a cultura do escândalo<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Os três episódios aos quais esse parágrafo alude contribuíram para a expressiva queda de popularidade do Governador Sérgio Cabral, que há não muito tempo desfrutava de elevada aprovação popular e considerável capital político. O primeiro deles, batizado como “escândalo dos guardanapos”, diz respeito ao evento em que o Governador foi fotografado na cidade de Paris em companhia do empreiteiro Fernando Cavendish, ex-dono da construtora Delta, com a qual o estado do Rio de Janeiro

### 2.3 A Era da Transparência

O terceiro eixo argumentativo a partir do qual se pode entender a centralidade da corrupção política nas narrativas contemporâneas do sofrimento na mídia guarda relação com descontinuidades históricas no pensamento econômico global. Ao defender a soberania de ideias como livre mercado, livre circulação de capitais e livre circulação de bens, a emergência da narrativa neoliberal faz da transparência seu valor máximo e, dessa forma, atribui a condição de máxima vilania às experiências que se opõem a ela, a exemplo das práticas de corrupção política.

Se, nos primeiros tempos da economia moderna, autores como David Ricardo e Adam Smith rejeitaram centralidade à intervenção do Estado e alojaram no mercado a condição de regulador econômico legítimo, o início do século XX atribuiu, com destaque para a obra de John Maynard Keynes, importância à ação dos governos sobre a arena econômica. Na América Latina, por exemplo, as apostas no Estado como agente principal da economia figurou em algumas das narrativas mais relevantes produzidas entre os anos 1930 e 1970.

A influente Teoria da Dependência, elaborada por autores vinculados à CEPAL, como Raúl Prebich e Celso Furtado, tem como argumento central a ideia de que o abandono das economias de caráter majoritariamente agrário à ação do mercado as conduziria necessariamente ao subdesenvolvimento do qual emergiriam a miséria e o sofrimento. A solução para tais problemas, por sua vez, é tipicamente narrada pelo pensamento cepalino a partir da intervenção do Estado na economia com vistas à alavancagem de um processo de industrialização, que abriria caminho para o crescimento a partir do qual se poderia mitigar o sofrimento humano.

---

mantinha relações contratuais. Nas imagens, secretários, membros destacados do governo Cabral e Cavendish, em evidente clima de festa, ostentam guardanapos na cabeça, fator decisivo para a narrativa do episódio a partir de uma retórica do escândalo. O segundo episódio mencionado se relaciona às denúncias de uso da frota de helicópteros do estado para fins pessoais por parte do governador. Por fim, o “Caso Amarildo” diz respeito ao desaparecimento do pedreiro que dá nome ao episódio. Investigações indicaram que Amarildo foi torturado e morto por policiais ligados à Unidade de Polícia Pacificadora da Rocinha, fato que maculou significativamente a imagem pública das UPPs, uma das principais marcas do governo Cabral.

Com a emergência do pensamento neoliberal, o contemporâneo devolve ao mercado a sua soberania. Passa, dessa forma, a vigorar a noção de que a centralidade da ingerência estatal na economia engendra deformidades e torna a atividade econômica menos eficiente. Se há intervenção do governo, sugere a narrativa neoliberal, há prejuízos ao desenvolvimento e, por conseguinte, à melhoria das condições da vida humana.

Privilegiadas por parte considerável da grande mídia brasileira atual, as narrativas do pensamento econômico neoliberal adquirem por vezes contornos morais. Ao destacar precisamente a corrupção política como forma privilegiada e extrema de distorção associada à intervenção do Estado na economia, as narrativas neoliberais incorporam, por oposição, a existência de uma suposta pureza na supremacia de um livre mercado a ser preservado de abalos e discrepâncias.

Eis então mais uma transformação cultural por meio da qual a corrupção política passa a ser fazer singularmente útil às narrativas que tomam para si a tarefa de revestir o sofrimento dos sentidos de que o homem contemporâneo necessita. A corrupção, sustentam narrativas midiáticas atualmente dominantes, interferiria na atividade dos mercados, comprometendo possibilidades de desenvolvimento e aprofundando o sofrimento humano.

Susan Rose-Ackerman (1999), autora pioneira nos estudos da “Economia da Corrupção”, inclui entre os artigos de um trabalho que organiza sobre o assunto um texto que representa particularmente bem a forma como o pensamento neoliberal narra usualmente o sofrimento humano. Nele, o economista Johann Graf Lambsdorff, ex-presidente da Transparência Internacional, não apenas estabelece vínculos, mas também indica proporções e ordens de grandeza, entre, de um lado, os índices de corrupção e, de outro, as taxas de mortalidade infantil, desnutrição, evasão escolar, diminuição das reservas ambientais e ameaça de extinção de animais em diversos países. Ao longo de todo o texto, o autor argumenta que a causa de cada uma dessas mazelas é a corrupção e que, inversamente, quanto mais transparente é um país, menor é o sofrimento de sua população.

Em um cenário narrativo no qual a ideia de transparência desponta como suprema virtude, torna-se possível entender, por exemplo, o repúdio dos meios comunicação às denúncias de espionagem do governo brasileiro por parte dos Estados Unidos, prática que não constitui, em absoluto, novidade histórica. Ora, se a transparência tem como antagonista a intervenção estatal na economia, a espionagem das atividades estratégicas de um país por outro infringira máculas à liberdade de um mercado a ser sempre preservado de abalos e discrepâncias, sob pena de se comprometer as chances de geração e obtenção dos recursos que atenuariam o sofrimento dos homens.

## **2.4 Um Crime Contra o Consumo**

Há entre as transformações particulares ao Brasil contemporâneo caminhos para a compreensão do protagonismo que a ideia de corrupção política assume junto às narrativas por meio das quais os meios de comunicação revestem de sentidos a experiência do sofrimento humano. No campo da economia, por exemplo, uma combinação entre mutações históricas, disputas políticas e singularidades culturais conduzem a um contexto em que principais modelos de pensamento que se colocam em cena atualmente no país ostentem em comum o fato de atribuírem centralidade ao consumo. Embora significativamente distintas em relação à maneira que endereçam personagens como o Estado e o sujeito, narrativas de inspiração keynesiana e outras, de orientação neoclássica, compartilham a importância conferida a políticas que argumentam o consumo como dimensão econômica a ser estimulada ou preservada.

As políticas econômicas atualmente em curso no Brasil conciliam práticas ancoradas em moldes de inspiração keynesiana e adoção de iniciativas que visam à distribuição de renda. Entre as principais características do atual modelo brasileiro, figura a atribuição da condição de principal agente econômico ao Estado, ao qual caberia, entre outras coisas, o provimento de serviços básicos (Rosentein Rodan, 1984) e a distribuição de renda (Prebisch, 1963), como forma de extensão das possibilidades de consumo a um número maior de indivíduos. Para constituir-se como tal, o sujeito deve ter acesso a um conjunto de bens de cidadania que lhe garantam condições de existência que lhe permita alçar a si mesmo à condição de consumidor. Nesse sentido,

a pobreza de uma grande parcela dos indivíduos e a acentuada desigualdade entre suas capacidades de consumo figurariam entre os problemas socioeconômicos que se colocariam na origem do sofrimento humano. Para adquirir a condição de um consumidor, o sujeito deveria ser primeiro convertido em cidadão pela ação do Estado, cuja atuação seria tão mais efetiva quanto menor o contingente de não consumidores. A mitigação do sofrimento humano se atrelaria, assim, à ação do Estado, uma vez que o sofrimento guardaria nexos com a restrição da cidadania e, portanto, das possibilidades de consumo.

O pensamento de orientação neoclássica, por sua vez, fundamenta a conformação atual do liberalismo econômico que serve de norte às parcelas mais expressivas tanto da oposição ao atual governo quanto da grande mídia nacional. Entre as características distintivas do paradigma em questão, figura a compreensão do sujeito a partir de sua função-utilidade (Edgeworth, 1881; Marshall, 1890; Arrow, 1962). Aos modelos neoclássicos, importa o comportamento dos indivíduos principalmente como consumidores, de modo que os sujeitos encontrariam diretamente no consumo, e não tanto na cidadania, a condição de sua própria existência. Ao mesmo tempo, o pensamento neoclássico aponta o mercado como principal agente econômico. Reduzido a papel coadjuvante, o Estado atuaria na correção de imperfeições inerentes à operação do mercado. Ora, quando o consumo é privilegiado diretamente como dimensão constitutiva do sujeito e o Estado não ocupa senão o lugar da criação de condições para o funcionamento ótimo do mercado, a eficiência passa a ser a maior virtude. Nesse caso, o Estado seria tanto melhor quanto mais eficaz fosse sua gestão.

Na perspectiva keynesiana, a corrupção dificultaria o adequado enfrentamento por parte do Estado das questões que se propõe priorizar, uma vez que as políticas do Estado corrupto teriam menos efetividade em erradicar os problemas que distanciam os indivíduos da condição dupla de cidadãos e consumidores. De outro lado, na perspectiva neoclássica, a corrupção de instituições e representantes do Estado adquiriria o estatuto de oposição à eficiência gerencial e, portanto, constituiria ameaça ao desempenho do mercado, de modo a colocar em perigo as possibilidades de pleno exercício, por parte do sujeito consumidor, daquilo mesmo que o definiria como tal. Em um ambiente neoclássico, portanto, a corrupção política se oporia à felicidade ou



como algo que concorreria de forma destacada para o sofrimento humano. Seja como for, a despeito de embates e antagonismos colocados em circulação pelos paradigmas econômicos de maior visibilidade na cena pública brasileira atual, o consumo permanece como algo a ser protegido de danos que possam ser causados pela corrupção política, a qual constituiria, então, fator explicativo para o sofrimento, uma vez que prejudicaria ou limitaria a possibilidade de exercício do ato de consumir.

A atribuição de relevo à dimensão do consumo não consiste em exclusividade da esfera econômica. Ao refletir sobre as condições de emergência de algumas das singularidades da cultura contemporânea, Taylor (2007) analisa detidamente as razões que permitiram a transformação de sociedades em que era virtualmente impossível a inexistência da crença em Deus em outras nas quais a fé viria a tornar-se apenas uma possibilidade entre outras. Para construir sua argumentação, realça mutações que teriam alterado profundamente as bases sobre as quais se apóiam crenças que particularizam as sociedades atuais, as quais se colocariam na origem da configuração de uma “Era da Autenticidade”, engendrada a partir de uma revolução calcada em valores individuais. Anteriormente restrita às elites intelectuais e classes artísticas, a autenticidade teria passado a constituir fenômeno de massa, na medida em que, além de se tornar disponível para a sociedade como um todo, constituiria lugar privilegiado à construção de identidades individuais. Junto ao significativo incremento das possibilidades de consumo que tipificam o contemporâneo, se produziria um novo espaço individualizado, em que o consumidor é cada vez mais incentivado a expressar sua identidade, exteriorizando gostos e afinidades que entende como autenticamente seus. Paradoxalmente, entretanto, a individualização desse novo espaço identitário é inseparável da avaliação do outro. O consumo se torna um veículo de expressão individual e produção de identidade, ao tempo que a construção de si mesmo se define em espaços múltiplos de exposição de produtos que, consumidos de uma forma aparentemente individualizada, refletem mediação do mercado, dos meios de comunicação e de todo os atores que integram a ordem do consumo.

Ainda sobre as relações entre consumo e autenticidade nas culturas atuais, Lipovetsky (2007), por sua vez, argumenta que o consumo constitui medida da felicidade humana e possibilidade de fabricação individual, em resposta ao declínio do sentido de

pertencimento a coletividades, de uma identidade pessoal autêntica. Em um contexto em que coerções coletivas como tradições, religião e política parecem menos capazes de apoiar a produção de identidades, o consumo desempenharia cada vez mais esse papel. Diante da exigência de ser o único responsável por seus próprios êxitos ou fracassos, o sujeito contemporâneo se esforça para elaborar respostas tangíveis às suas angústias. Na medida em que a sociedade atribui valor singular ao indivíduo, o autor argumenta que a felicidade se configura como a realização de um projeto individualista, que consagra o consumo como manifestação máxima.

O consumo, então, surge como alternativa existencial tipicamente contemporânea e passa a se configurar como forma destacada de estadia no mundo. Atualmente, portanto, o ato de consumir se aproxima ao de existir e, inversamente, está vedada a condição de sujeito àquele que não detém possibilidades de consumo. Neste sentido, as narrativas que atam padrões de consumo às noções de realização, pertencimento e humanidade estão entre as que autorizam a compreensão do sofrimento pelo homem de hoje.

Na medida em que adquire contornos existenciais, a lógica do consumo passa também a permear diversas dimensões da vida humana, como a da política. Atualmente, argumenta-se, um cidadão se percebe como tal menos por se reconhecer como integrante de projetos coletivos do que como consumidor de serviços públicos pelos quais é tributado. Entre as particularidades da cultura política contemporânea está, nesse sentido, a crescente aproximação, de um lado, entre as noções de bens de cidadania – a exemplo de serviços públicos em áreas como saúde, educação ou previdência – e bens de consumo e, de outro, das lógicas que orientam a atuação do Estado e aquelas que servem de norte à operação do mercado. Ao estabelecer relação mercantil com o poder público, o sujeito consumidor desconsidera de maneira radical o compromisso, inerente ao Estado, com o interesse comum, e passa a exigir a prestação eficiente de serviços básicos pelos quais entende ter pago.

Quando o acesso a bens de cidadania é um direito garantido por intermédio de sua aquisição, ao Estado restaria o mero cumprimento de sua obrigação como fornecedor ou a falha em garantir o pacto estabelecido com o consumidor. Esta falha, argumenta-se, assumiria, tipicamente, entre outras possibilidades, a forma da corrupção,

compreendida como prática capaz de turvar a relação entre investimento e retorno e colocar em risco a possibilidade de consumo tanto de cidadania quanto de felicidade por parte dos sujeitos contemporâneos. Percebida como um crime contra o reconhecimento do cidadão como tal e contra a possibilidade de aquisição de bem-estar, a corrupção política autorizaria de forma singularmente poderosa a compreensão do sofrimento humano. Eis então mais um dos mecanismos a partir dos quais parece possível explicar sua centralidade entre as narrativas postas em circulação por grande parte da mídia contemporânea.

## **2.5 A Classe Política**

Por décadas, a cultura ocidental privilegiou padrões explicativos para o sofrimento humano erigidos sobre a ideia de opressão de segmentos majoritários por outros que representavam a menor parte dos atores sociais. Durante sucessivas gerações, autores, políticos e ativistas inspirados por teorias marxistas compreenderam o sofrimento como decorrência de uma série de distorções próprias a um sistema que entregaria o monopólio dos meios de produção a um grupo, ao qual seria então dado explorar outros com vistas à obtenção de lucros e acumulação de capital. Junto à dominação material que imporiam àqueles aos quais não restaria alternativa senão a venda da força de trabalho em troca de um salário que lhes garantiria a subsistência, as elites emprenderiam também a difusão de um conjunto específico de crenças e valores como universais e portanto válidos a todos os indivíduos, independentemente do extrato social que integrassem e da realidade que objetivamente lhes dissesse respeito. Produto das condições materiais de existência de uma parcela dos indivíduos que integram as sociedades modernas, a ideologia burguesa carregaria consigo os esforços para apresentar-se a todos como a verdade.

O pensamento marxista, contudo, tem a intenção de servir como base à contestação da hegemonia burguesa, com vistas à destituição de sua capacidade opressiva. Ao garantirem a todos a faculdade de apreender o mundo, uma série de autores e estudos reservaram aos homens a capacidade de tornar subjetivas as condições concretas em que se desenrolaria sua existência. O sujeito se constituiria como tal na medida em que

interiorizaria a realidade social e, de forma recíproca, interviria sobre ela. Isso é, na medida em que experimentaria o real e, inversamente, o revestiria de sentidos. Interpretadas dessa forma, aquilo a que usualmente chamamos cultura, sociedade ou história não consiste senão em configurações de elementos, relações e condições objetivas que constituem o homem, ao mesmo tempo em que são permanentemente transformados por ele. Ao se reconhecer como sujeito histórico, o homem se veria livre de inversões propagadas pela ideologia burguesa e das alienações a que o trabalho as submetia. A redenção do homem e a superação das condições que constituiriam a origem de seu sofrimento passaria necessariamente por uma disputa, simbólica e concreta, contra grupos economicamente dominantes. A esta redentora contenda chamou-se luta de classes.

Em muitas épocas e países, a luta de classes encontrou ecos no campo da política. Com substantivas distinções, diversos países encamparam projetos que conduziram à proteção de segmentos menos favorecidos contra a sua exploração por parte de grupos dominantes ao âmbito do Estado, ao qual caberia a condição de representante legítimo do bem comum. Em cada uma das experiências políticas tidas como mais ou menos à esquerda, o poder público deteria a missão de proteger, em maior ou menor grau, o interesse público da ação lesiva do mercado, de modo a garantir que, no mínimo, a prosperidade de uns não equivallesse inteiramente à miséria de outros. Da conformação de um Estado diretamente comprometido com as causas e necessidades dos trabalhadores à implementação de iniciativas de mitigação de disparidades sociais, a política foi o lugar da negociação – ora mais pacífica, ora mais beligerante; ora tendencialmente conciliatória, ora marcadamente conflituosa – entre diferentes classes sociais. Em contextos em que os problemas sociais e, em última análise, o sofrimento humano eram compreendidos a partir das articulações que poderiam estabelecer com o pertencimento a um determinado segmento, a construção de identidades e a produção de alteridades guardava fortes relações com a noção de classe social. Condições como a de patrão ou empregado, opressor ou oprimido, pobre ou rico respondiam em larga medida pela identificação de indivíduos a coletividades das quais consideravam fazer parte.

A contemporaneidade, no entanto, se funda, entre outras coisas, sobre a falência de projetos de alcance coletivo. No que se refere especificamente às experiências de natureza concretamente política, a queda do muro de Berlim constitui símbolo do colapso de uma forma de compreensão do mundo assentada sobre atores mais estanques, identificados com tantos outros aos quais seriam semelhantes. A proteção de um trabalhador contra um patrão não poderia mais ser tomada como caminho para a garantia de redução do sofrimento humano ou, inversamente, da busca pela felicidade. Com o declínio de projetos e narrativas coletivos, o lugar das buscas identitárias e da afirmação de determinados valores passou a ser o próprio indivíduo, agora livre de coerções, mas também carente de diretrizes que não as eleitas ou abraçadas por ele mesmo. A política teria então falhado em conciliar os múltiplos interesses que se colocam em jogo nas sociedades e em consolidar a si mesma como lugar da atenuação da dor própria à estadia do homem no mundo.

Este trabalho propõe a ideia de que, ao receber a pecha de lugar da desonra de missão tão grandiosa, a política talvez tenha sido punida com a atribuição a suas instituições e representantes da vilania a que se propuseram enfrentar. Sem redimir o oprimido, o poder público teria assumido a condição de opressor. Os políticos constituiriam portanto uma espécie singular de elite. Vilões destacados das culturas atuais, compõem o núcleo de narrativas que autorizam a compreensão dos problemas sociais e a explicação do sofrimento humano como decorrências de sua incompetência ou imoralidade, mecanismo de atribuição de responsabilidades que, ainda uma vez, estaria na origem do protagonismo do tema da corrupção política na mídia brasileira contemporânea.

Homogêneos ao olhos do senso comum, os indivíduos que detém atribuições de representação popular, de forma paradoxal, estariam por definição em conflito com os interesses dos que os elegem. Estes, por sua vez, encontrariam no ceticismo e na rejeição à atividade política como um todo uma modalidade contemporânea de luta de classes. Hoje, propõe-se, o cidadão de bem se reconhece como tal na medida em que atribui ao político imoral a condição de um outro do qual se diferencia. A corrupção política passa, portanto, a apoiar a produção de identidade por parte do sujeito contemporâneo e, dessa forma, a favorecer a mitigação de suas angústias existenciais e

sofrimento. Ao mesmo tempo, as soluções para os problemas sociais que podem igualmente se colocar na origem da dor humana são cada vez mais frequentemente alojadas na suspensão da alteridade positiva entre governantes e governados. O clamor pela participação direta, os mecanismos de restrição da autonomia dos representantes, o monitoramento constante de suas atividades e a suspeição midiática permanente em relação à sua atuação constituem exemplos.

## **2.6 Presentificação do Ideal**

Um sexto eixo de análise desenvolve o argumento de que entre as características da cultura contemporânea figura a de uma tendência à “presentificação do ideal” (Gauchet, 2010), que designa uma mudança temporal no horizonte das expectativas humanas. Trata-se do mecanismo subjetivo por meio do qual, com o declínio das grandes narrativas e a crise dos projetos coletivos experimentados pelo contemporâneo, o lugar da realização e da boa vida deixa de ser o futuro para ser o presente. Traduzida para uma perspectiva individual, a frustração de expectativas em relação ao hoje passa a ser narrada a partir de falhas pregressas decorrentes da imoralidade não de quem sofre, mas de um outro que se materializa não raro na figura do político corrupto.

Em reflexões sobre a contemporaneidade, o poeta mexicano Octavio Paz propõe a ideia de que o lugar da utopia está no presente e não mais no futuro. Marcel Gauchet, por sua vez, empresta contornos um pouco mais concretos a essa noção. O desejo pela boa vida, argumenta, não se esvai junto à morte das narrativas redentoras, como a da promessa do paraíso ou a da implantação do regime comunista. Os sujeitos contemporâneos não deixaram de almejar a felicidade e a diminuição do sofrimento. O que ocorre é que seus desejos são definidos em uma cultura que tem, entre outras, a particularidade de abrigar o ideal no presente.

Paulo Vaz (2011) desenvolve as ideias de Gauchet a partir da relação entre seus desdobramentos afetivos e políticos. Até a modernidade, a idealização humana esteve alojada no futuro. A discrepância entre o que estado de coisas do que se estava diante e

aquele que se almejava teria então induzido o fortalecimento do desejo presente pelo ideal por vir. Quando se tinha grandes planos para o futuro, o momento atual se tornava a possível véspera da realização daquilo que se ambicionava. Restava a quem vivia nas culturas que posicionavam a utopia no amanhã a tarefa de elaborar os meios de atar presente e o futuro. A narrativa típica das sociedades esperançosas em relação ao por vir tinha então como cerne a concretização daquilo que se desejava e em nome do que se acreditava sofrer. A experiência do sofrimento humano e, com ela, o desafio existencial de seus sentidos, equacionava-se na ideia de que a dor configurava-se como aquilo que antecedia sua própria erradicação.

Com a presentificação do ideal que tipifica o contemporâneo, no entanto, a expectativa que se tem em relação a um presente idealizado conduz quase invariavelmente à angústia e ao sofrimento. Se a utopia está no presente, parece plausível afirmar que reside também nele sua refutação cabal. A imperfeição incontornável da vida interrompe as expectativas de felicidade plena. Da narrativa do desejo de felicidade imediata, passa-se imediatamente à do sofrimento existencial.

As narrativas do sofrimento que têm sua origem na desilusão em relação a um presente ideal implicam a elaboração de seus sentidos. Em um contexto como o atual, em que o futuro já não faz parte do horizonte das expectativas dos sujeitos, resta-nos narrar o sofrimento a partir de suas causas pregressas. Na idealização decepcionada do presente, cabe aos indivíduos buscar no passado os motivos por meio dos quais o sofrimento humano adquire os sentidos de que necessita imperiosamente.

Em sintonia com o que se argumenta ao longo dessa dissertação, uma das arenas que acolhe narrativas capazes de recobrir de sentidos o sofrimento que emerge a partir da frustração em relação à presentificação do ideal é a da corrupção política. Hoje, argumenta-se, sofre-se tipicamente em razão de desvios pregressos de conduta por parte de um outro imoral. Em grande parte das narrativas midiáticas que atualmente se fazem dominantes, esse outro que desencadeia o sofrimento humano é, em larga medida, o político corrupto. Mais uma vez, torna-se possível pensar a centralidade das narrativas midiáticas da corrupção política não como simples decorrências do incremento real do próprio fenômeno a que se referem, mas como produto de

contingências da trama histórica em cujos interstícios se forja a singularidade da cultura em que circulam.



## **Capítulo 3 - A Corrupção como Estrela da Mídia**

### **3.1 Mídia, Democracia e Corrupção**

Figuram entre os debates que se instalaram recentemente na imprensa e cena pública brasileiras exemplos significativos de singularidades de nossa sociedade e cultura política. Espaço público por excelência, a mídia abriga e difunde narrativas que, ao mesmo tempo que se articulam com características próprias ao contexto em que circulam, atuam de forma positiva na conformação do senso comum em relação aos temas que contemplam. Restam aos meios de comunicação poderes relevantes, como o agendamento de determinadas questões em detrimento de outras não necessariamente menos pertinentes ou o enquadramento dos temas que aborda sob perspectivas em si mesmas tão legítimas quanto outras que deixam de receber espaço. As relações entre os sentidos propagados por narrativas midiáticas majoritárias e a percepção que se faz dominante a respeito de certos assuntos podem ser tão relevantes quanto nexos entre características socioculturais e opinião pública.

Ao contemplar o debate referente à possibilidade do estabelecimento de um conjunto de normas que sirva de orientação à atividade jornalística no Brasil, parcela expressiva dos veículos nacionais de comunicação faz mais do que simplesmente manter o público informado sobre uma questão de interesse público. Tal qual usualmente abordada pela grande imprensa nacional, a discussão relativa à hipótese de regulação da mídia constitui ocasião de reiteração de linhas editoriais, defesa de interesses econômicos e alinhamento a determinados projetos políticos. Mais do que a um glamoroso compromisso com a informação, as narrativas midiáticas que se ocupam atualmente do debate acerca de regras que circunscrevam a atuação da própria imprensa atendem às disputas junto às quais se forja aquilo que uma sociedade pode contingencialmente identificar como verdade.

O noticiário brasileiro atual apresenta majoritariamente ao público o debate acerca da regulação da mídia como ameaça de censura. Preponderam entre as narrativas midiáticas contemporâneas as que sublinham um perigo supostamente inerente ao regulamento da imprensa pelo Estado. Narrada como um atentado ao direito fundamental da liberdade de expressão, a regulação da atividade jornalística constituiria um gesto de autoritarismo por parte de seu principal proponente, o governo do Partido dos Trabalhadores<sup>17</sup>, e, como tal, representaria ameaça à democracia brasileira<sup>18</sup>.

Dominante em parcela expressiva mídia, a noção de que a proposta de regulação estatal da atividade dos meios de comunicação não integraria senão os esforços de um governo disposto a expandir seus poderes não resiste a uma breve análise do contexto em que essa discussão está inserida. Apesar da particularidade dos termos, modelos, ênfases e estratégias a partir da qual o fazem, democracias destacadas do mundo regulam em algum nível a atuação dos meios de comunicação. Mesmo nos Estados Unidos, a mais liberal das tradições democráticas, o Estado, por meio de um conjunto de leis, limita ou mesmo coíbe práticas recorrentes na mídia brasileira, como a concentração econômica de atividades por parte de um único grupo ou a escassa pluralidade de conteúdos. Precisamente em nome do zelo à liberdade de expressão que singulariza a cultura do país, é nos EUA ilegal que um mesmo grupo econômico detenha tanto jornais quanto emissoras de televisão em uma mesma região, ou que uma empresa ultrapasse certo percentual de audiência em determinada localidade e com isso concentre elevado poder político<sup>19</sup>. Já no Brasil, o contrário é o que acontece. Em todo o país, uma única emissora detém mais de 40% da audiência nacional de televisão aberta e recebe 70% dos recursos de anunciantes, ao tempo que 98% de todo o

---

<sup>17</sup> A presidente Dilma Rousseff incluiu recentemente entre seus compromissos o de, caso reeleita, fazer uso da legitimidade particular aos momentos que sucedem imediatamente as eleições para recuperar o debate acerca da regulação dos meios de comunicação brasileiros. A questão integrou as agendas de todos os governos anteriores do PT, formulada de forma mais sistemática pelo então Ministro do ex-presidente Lula, Franklin Martins, sem contudo ter jamais passado do papel à realidade.

<sup>18</sup> Atenta aos nexos entre mídia e opinião pública, parte da oposição ao governo do Partido dos Trabalhadores reproduz o discurso de que a regulação da mídia constitui medida intrinsecamente autoritária. Em postagem realizada no dia 5 de março de 2014, o canal oficial do PSBD no Facebook atribuiu a legenda “O PT quer controlar a mídia para controlar você” à imagem de uma matéria da Folha de São Paulo sobre discussões acerca do estabelecimento de regras relativas à comunicação no país. No mesmo dia, o perfil oficial do Senador Aécio Neves compartilhou a postagem em questão.

<sup>19</sup> Dados extraídos de artigo de Pedro Elkman e Bia Barbosa, integrantes da coordenação executiva do coletivo Intervezes, publicados pela edição online da Revista Carta Capital, em 6 de junho de 2014.

conteúdo televisivo nacional é produzido no Rio de Janeiro e em São Paulo e as mais de 5.000 rádios comunitárias brasileiras podem operar com potência de no máximo 25 watts, enquanto uma única rádio comercial privada chega a operar em potências superiores a 400.000 watts<sup>20</sup>. Diante de um cenário como esse, parece plausível sugerir que a real ameaça à liberdade de expressão e, em última análise, à democracia, guarde relações não com a perspectiva de regulação da mídia, mas com distorções que se produzem a partir de sua inexistência.

Esta dissertação, no entanto, não tem a intenção de se aprofundar na discussão sobre a concentração do mercado das comunicações ou visitar argumentos em favor ou contrários à regulação da mídia. Antes, importa a este trabalho sobretudo a reflexão acerca de sentidos que podem se colocar em jogo quando o tema da regulação da mídia é contemplado pelos próprios meios de comunicação brasileiros. Trata-se de avaliar narrativas midiáticas referentes ao tema a partir do ideal de sociedade que argumentam e, dessa forma, estabelecer nexos entre, de um lado, as singularidades do noticiário contemporâneo no que se refere às relações entre imprensa e Estado e, de outro, a produção de algumas das noções que particularizam nossa cultura política. Ao tratar, por exemplo, a possibilidade de submissão da atividade midiática a regras estabelecidas pelo governo como censura à livre expressão jornalística e violação de direitos individuais básicos por parte do Estado, parte das narrativas midiáticas contemporâneas atua sobre a configuração da noção de democracia a ser assimilada pelo público.

O conceito de democracia que está na origem das narrativas jornalísticas que se contrapõem à possibilidade de regulação da mídia parece se basear na ideia de preservação do interesse individual das arbitrariedades de um Estado que, como tal, abrigaria intrínseca tendência à violação da liberdade. Mais próxima a algumas de suas formulações mais antigas, como a de que existiria democracia sempre que fosse garantido aos indivíduos o direito de se colocarem contra governos tirânicos, a ideia de democracia apresentada de forma preponderante ao público por grande parte da mídia nacional apresenta orientação marcadamente liberal. Haveria, em suma, mais democracia quando os direitos privados estivessem a salvo da ação lesiva de um

---

<sup>20</sup> Idem.

Estado que representasse o interesse comum. Entretanto, às noções de inspiração liberal, poderiam se contrapor outras, segundo as quais a democracia teria o Estado não com antagonista, mas como ator principal. Boix (2013), por exemplo, ao avaliar as características de regimes políticos autoritários e democráticos, conclui que a estabilidade de uma democracia depende sobretudo da ação de um Estado ao qual cabe a busca por uma agenda redistributiva que permita adequada destinação de recursos entre os diferentes segmentos sociais. Para que isso seja alcançado, mais do que as garantias de liberdades individuais, o caráter democrático de uma sociedade envolve a atuação do Estado, por meio de suas políticas e instituições, no sentido de, entre outras coisas, permitir a representatividade de classes menos favorecidas e garantir uma estrutura tributária que não impeça a mobilidade do capital. Torna-se então possível inferir que, caso tivesse em sua origem conceitual noções de democracia mais próximas às propostas, por exemplo, por Boix, a perspectiva de regulação da mídia poderia ser narrada não como ameaça à democracia, mas, ao contrário, como medida sintonizada a preceitos democráticos. Por meio da ação do Estado, a medida privilegiaria o zelo pela distribuição de recursos, pluralização de conteúdos e desconcentração econômica dos meios de comunicação no Brasil. A regulação da atividade jornalística concorreria, assim, para a redução de conflitos entre os setores da sociedade brasileira e não para sua exacerbação.

Ao atribuírem papéis antagônicos ao Estado, narrativas que se apoiam sobre diferentes noções de democracia se articulam também a formas distintas de compreensão do sofrimento humano. As narrativas que percebem a democracia sobretudo como algo a ser perseguido a partir de uma agenda redistributiva da qual o Estado é protagonista apontam para a apreensão da dor como decorrência de distorções inerentes à própria estrutura social em que se desenvolve. Assim, o Estado consideraria cada cidadão como integrante de uma coletividade e alocaria uma maior parte de seus recursos na mitigação de problemas que apresentam natureza marcadamente sistêmica e, por isso mesmo, devem ser solucionado a partir de esforços – tributários ou eleitorais, por exemplo – comuns. Não por acaso, os governos que se associam a narrativas que estabelecem vínculos entre redução do sofrimento humano e a ação positiva do Estado são mais tipicamente os que privilegiam investimento em áreas como saúde básica, programas sociais e iniciativas que visam à melhoria da distribuição da renda entre

classes sociais. Por outro lado, as narrativas que pregam a maior abstenção, por parte do Estado, na esfera econômica e entregam ao mercado o papel de legítimo organizador da sociedade apontam mais relevantemente para a atribuição de sentidos ao sofrimento relacionados sobretudo à esfera privada. A compreensão mais liberal da noção de democracia faz do cidadão alguém que sofre na medida em que seu desenvolvimento particular encontra obstáculos. Caracteristicamente, os governos que entendem o sofrimento humano como produto da frustração da busca individual pela boa vida seriam também os que atribuem a si mesmos não tanto a intenção de promover maiores mudanças sociais, mas sim a de promover uma gestão eficaz dos recursos públicos e privilegiar investimentos em áreas que visam à garantia do interesse privado, a exemplo da segurança pública. São também estes os governos que tendem a se associar mais relevantemente às narrativas que procuram equacionar o problema existencial do sofrimento humano o apontando como decorrência da corrupção política, compreendida tanto como forma extrema de ação lesiva de um Estado cuja atuação seria por definição malfazeja, quanto como zelo pela livre alocação de recursos por parte de um mercado a cujo funcionamento a visão liberal atribui contornos de maior eficiência e moralidade.

Wailoo (2014) fornece exemplo significativo da distinção entre os sentidos que, nos Estados Unidos, governos assentados sobre diferentes noções de democracia atribuem à dor. Ao analisar política e conceitualmente o comportamento histórico de democratas e republicanos desde o final da segunda guerra mundial até tempos recentes, o autor chama a atenção para a existência de posições polares em relação ao papel do Estado diante da saúde pública. A título de exemplo, Wailoo lembra que, na visão do presidente republicano Ronald Reagan, figura emblemática do liberalismo em suas configurações atuais, o sistema construído pelos democratas, baseado no crescimento do *welfare state*, teria gerado uma dependência excessiva do país em relação ao Estado, o qual seria responsável por regulação e impostos excessivos, nocivos ao direito à liberdade dos indivíduos e à livre empresa. O autor conta que Reagan envolveu-se intensamente em embates pelos sentidos do sofrimento humano, engajando-se em sucessivas disputas políticas sobre o estatuto da dor, com o objetivo de restringir o número e os tipos de casos cujo cuidado caberia ao Estado e, por isso, constituiria gasto público. “*Nesta presente crise, o governo não é a solução para os*

*nossos problemas. O governo é o problema*”, resumia Reagan, de forma sugestiva, ao ser eleito. Anos mais tarde, em resposta ao modelo de compreensão do sofrimento humano instituído pelos republicanos, o presidente democrata Clinton enunciaria sinteticamente “*nós sentimos a sua dor*”, como promessa de devolução ao Estado da condição e da responsabilidade de maior provedor de bens de cidadania. Ficavam assim claramente identificados os cidadãos como membros inexoráveis de uma única e mesma coletividade que teria a incumbência de mitigar de forma mais ampla os sofrimentos gerados em seu próprio interior, a partir de distorções inerentes a ela mesma.

Todavia além das disputas políticas sobre o papel do Estado, por parte de representantes eleitos, interessa notar que a grande mídia brasileira, em sua conturbada relação com o Estado, tem contribuído para a deslegitimação do poder público como agente de representação do interesse comum. De fato, na medida em que o noticiário brasileiro atual apresenta, de forma preponderante, o Estado não como possível ator das transformações sociais de que se necessita, mas como óbice à liberdade e ao desenvolvimento individuais, torna-se possível compreender, por exemplo, que a mesma mídia que contribui para o aprofundamento do descrédito dos governos representativos seja também a que se deixa inundar por narrativas que encontram na corrupção política um fator explicativo para as mazelas sociais e, em última análise, para o sofrimento humano. A partir da difusão generalizada da ideia, de ampla aceitação por parte do público contemporâneo, de que a atividade política tem como características distintivas a imoralidade de seus representantes e instituições, o Estado tende a ser deslocado da condição de possível aliado da atenuação do sofrimento humano em direção à posição de seu provável causador. Entre os resultados dessa mutação histórica, figuram a moralização de um debate político cada vez menos politizado e uma crescente sensação de afastamento, por parte dos sujeitos contemporâneos, em relação aos seus representantes – questão que constitui o objeto das análises que serão empreendidas a seguir.

### **3.2 Crise de Representação?**

É recorrente a ideia de que nossa época não permite maiores engajamentos. Entre as características singulares de nossa sociedade, figurariam o crescente desencanto em relação à política e o desinteresse geral em relação a projetos de transformação social mais profunda. Em nossa cultura política, polarizações ideológicas particulares à parte do século XX tenderiam a abrir espaço para a instalação de uma espécie de consenso em relação àquilo que se almeja politicamente: democracia representativa, instituições partidárias sólidas, transições suaves e seguras entre governos mais ou menos à esquerda e outros mais ou menos liberais.

Os últimos anos, no entanto, teriam assistido a um resgate da mobilização política. Sobretudo a partir dos movimentos que se alastraram pelas ruas das maiores cidades de países como Egito, Estados Unidos, Brasil, Turquia ou Tailândia<sup>21</sup>, os quatro continentes do mundo teriam testemunhado um renascimento do engajamento popular. Benquista pelo senso comum, difundida pelas redes sociais e reiterada por parte da grande mídia, a ideia de que o presente carregaria consigo o surgimento de uma nova sensibilidade política capaz de recuperá-la como lugar de grandes transformações encontra porta-vozes também na academia. Aparentemente adequado à interpretação do cenário político mais recente, o argumento de que a presença de amplas massas nas ruas de grandes metrópoles constituiria possível prenúncio de grandes mudanças históricas tem sido tomado, por diferentes atores, como imperativo de reformulação dos parâmetros de avaliação da política como um todo. A partir das movimentações que se alastraram pelo mundo nos últimos anos, portanto, a política tal qual configurada atualmente teria se tornado obsoleta e, com ela, os critérios segundo os quais deve ser avaliada.

---

<sup>21</sup> Em janeiro de 2011, milhares de pessoas se reuniram no Egito para pedir a queda do então presidente Hosni Mubarak, há 30 anos no poder, em um levante de 18 dias que culminou na renúncia do ditador. Mubarak foi condenado à prisão perpétua pela morte de manifestantes, mas teve a sentença revogada, sendo condenado a apenas três anos de prisão por um caso de fraude. Nos EUA, no lastro da crise financeira, o movimento Occupy Wall Street surgiu em setembro de 2011 como forma de protesto contra desigualdades econômicas e sociais e repúdio à influência de empresas do setor financeiro no governo americano. Na Turquia, manifestações contra o projeto de desenvolvimento urbano de um parque em Istambul se alastraram por 90 cidades do país e passaram a incluir protestos pela liberdade de imprensa e contra a violação, por parte do governo de Recep Tayyip Erdogan, ao secularismo no país. Na Tailândia, após a aprovação de um projeto de anistia que favoreceria o ex-primeiro-ministro Thaksin Shinawatra, condenado por corrupção e em autoexílio desde 2008, milhares de manifestantes foram às ruas pedir a queda do governo Yingluck Shinawatra, irmã de Thaksin. Em maio de 2014, Yingluck foi deposta.

Para Vladimir Safatle, professor da Universidade de São Paulo e colunista da Folha de São Paulo, por exemplo, o ano de 2013 não apenas refutaria contundentemente o fim da mobilização política como introduziria a noção de que o declínio do qual estaríamos diante seria não o do envolvimento político em geral, mas o de uma forma específica de engajamento, o partidário. Em palestra intitulada “Quando novos Sujeitos Políticos sobem à Cena”, Safatle sustenta a tese de que o contemporâneo seria uma “era pós-partidária”, a qual se distinguiria expressivamente pelo questionamento da premissa de que uma democracia sólida seria constituída necessariamente por instituições fortes. Os últimos tempos, o autor argumenta, trariam consigo a emergência de alternativas à “velha política”, por meio da composição pontual de “frentes ideologicamente heterogêneas”, organizadas ao redor de objetivos políticos sempre específicos e provisórios. A efetividade política dos “novos sujeitos” estaria associada à não entrega de sua capacidade de mobilização a instituições partidárias cujos interesses e agendas precedem as motivações individuais dos que se engajam.

Para Safatle, o ano de 2013 teria ainda tornado evidente a existência atual de uma “democracia imperfeita” a ser corrigida a partir de uma grande reforma capaz de sintonizar a política contemporânea a um clamor alegadamente generalizado por uma democracia “real”, direta, ou participativa, como preferem alguns autores (Avritzer 2007), capaz de proteger os indivíduos do oportunismo das instituições partidárias. Para preservar a pureza de causas pontuais, as “novas sensibilidades políticas” prefeririam, segundo o autor, evitar aquelas de cunho mais geral ou coletivo. Por isso, mais significativo do que reivindicar algo de que o interesse partidário e eleitoral pudesse talvez se apropriar, seria o ato de reivindicar permanentemente. Tratar-se-ia, em suma, de conservar a soberania do direito à reivindicação. Ou, ainda, como resume o próprio Safatle, de “querer discutir” e não de “não querer nada”.

O discurso que sacramenta a obsolescência que seria intrínseca às instituições partidárias – e, de forma mais ampla, às instituições democráticas e seu funcionamento sistêmico – é portanto também o que faria da reivindicação um gesto político por excelência. Diante de uma proposta crise de nexos entre ideais e instituições políticas, mais importariam os esforços de participação do que os de interferência palpável na atividade política. No entanto, o discurso que agenda uma crise de representação



decorrente da alegada falência das instituições ou sistemas políticos e reduz toda a atividade política à participação direta tem sido incorporado, a despeito de possíveis expectativas de autores como Safatle, por personagens que encarnam precisamente aquilo que têm intenção de superar. Sobretudo após as manifestações de junho de 2013, membros destacados das principais elites políticas brasileiras passaram a advogar a crise da identificação entre governantes e governados. Sensíveis talvez a uma provável recepção positiva à retórica em questão, sobretudo por parte do eleitorado mais jovem, figuras de destaque na cena política nacional têm incorporado de forma crescente, as ideias de urgência de uma reforma política e incremento das formas de participação direta como alternativa a argumentadas distorções inerentes às instituições representativas.

Esta dissertação visitará de forma sucinta ambos os debates acerca da reforma política e do incremento da participação democrática direta. Para tanto, serão adotados dois pontos de vista distintos. O primeiro, de menor centralidade para os argumentos que este trabalho pretende desenvolver, abarca uma breve avaliação dos termos a partir dos quais o tema de uma reforma política tem sido levado à cena pública. Aqui, serão argumentados seu caráter difuso, sua difícil exequibilidade e a ausência de garantias de seus benefícios políticos e sociais. Uma segunda abordagem, mais central à presente dissertação, consiste em uma reflexão sobre as relações entre, de um lado, o agendamento da urgência de uma reforma do sistema político-eleitoral brasileiro e a elevação da participação direta à condição de solução política por excelência e, de outro, as singularidades da sociedade contemporânea. Trata-se de elaborar os temas da reforma política e da participação direta não a partir de seus efeitos práticos ou concretos, mas em relação àquilo que podem revelar sobre a atual cultura política e, em última análise, sobre o mundo em que vivemos. A hipótese será, ainda uma vez, a de que, em um contexto no qual a corrupção política adquire relevo na cena pública na medida em que constitui elemento central de narrativas que, colocadas reiteradamente em circulação pela mídia, se tornam capazes de revestir de sentidos a experiência do sofrimento humano, passa a ser possível compreender que a atividade política, os indivíduos e as instituições que a constituem, sejam naturalizadas como lugar privilegiado da imoralidade. Diante desse cenário, a ideia de uma reforma do sistema político-eleitoral se apresentaria como resposta existencialmente atraente e

analiticamente vaga aos vícios e desvios que, de acordo com a percepção que se faz dominante na mídia e no senso comum, definiriam a política contemporânea. Ao mesmo tempo, se uma das formas atuais de equacionamento existencial do sofrimento humano é entendê-lo como decorrência da corrupção política e da imoralidade generalizada daqueles que detêm atribuições de representação popular, torna-se então possível imaginar que a participação direta dos indivíduos na política reduziria o espaço de atuação dos políticos e protegeria portanto o interesse comum de sua ação lesiva.

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores e coordenador da campanha de reeleição de Dilma Rousseff à Presidência da República, Rui Falcão, convidou, em vídeo difundido nos principais canais ligados ao PT nas redes sociais, a sociedade a aderir a um abaixo-assinado em favor da convocação de um plebiscito para formação de uma Assembleia Constituinte dedicada exclusivamente a uma “ampla reforma político-eleitoral esperada pela sociedade brasileira”. De acordo com Falcão, a empreitada funcionaria como antídoto para a “descrença da juventude na política” e solução para o fato de que “a maior parte das pessoas já não sente ter representação parlamentar”.

Formuladas de maneira a transmitirem a impressão de que representariam visão consensual, seriam de fácil execução e, uma vez realizadas, teriam como resultado exatamente aquilo que seus proponentes pretendem: as reformas em questão parece estar acima de qualquer suspeita. De fato, dificilmente alguém deixará de considerar excessivos os valores despendidos em campanhas eleitorais ou tomará como confiáveis as relações entre financiadores e financiados. É também compreensível a sensação de que a relação mais individualizada que se estabelece entre eleitores e parlamentares a partir do sistema proporcional por lista aberta possa guardar relações com problemas como a excessiva fragmentação partidária, a escassez crescente de identificação entre eleitores e partidos, os altos custos políticos para a articulação de maiorias ou tendências ao clientelismo.

No entanto, existem no meio acadêmico contundentes refutações a noção de uma inerente sintonia entre o interesse comum e a reforma política tal qual usualmente tematizada na esfera pública e pela mídia contemporânea. O livro “Retorno: máscaras

institucionais do liberalismo oligárquico” (Santos W. G., 1994) constitui exemplo. Nele, o autor empreende vigorosa defesa da configuração institucional do sistema político-eleitoral brasileiro<sup>22</sup>. De forma específica, rejeita a relação entre os problemas da democracia brasileira e as especificidades de suas características institucionais por meio da demonstração de que as particularidades do sistema político do Brasil tanto se distinguem de algumas democracias destacadas do mundo (Estados Unidos, Canadá, Austrália, Inglaterra, Nova Zelândia, França, Alemanha e Itália) quanto se repetem em outras (Áustria, Suécia, Dinamarca, Islândia, Irlanda, Holanda, Suíça, Finlândia, Israel, Portugal, Bélgica, Noruega, Luxemburgo, Grécia e Espanha).

Em relação à convocação de um plebiscito referente à formação de uma Assembleia Constituinte destinada à reforma política, Wanderley Guilherme dos Santos, em artigo publicado no jornal Valor Econômico, em 26 de julho de 2013, levanta novas ressalvas. Para ele, esta Assembléia seria por definição ilegítima caso o desígnio de cada um dos seus membros não coubesse – o que parece ser precisamente o proposto por Rui Falcão, por exemplo – aos mais de 140 milhões de eleitores brasileiros. Para o autor, a constituinte não indicaria senão um esforço de se criar uma aparência de aprofundamento e aperfeiçoamento da democracia, quando na realidade consistiria em seu oposto. A reforma política, tal qual tematizada por membros das mais diversas elites políticas, por setores da mídia e por parte das redes sociais, favoreceria a sujeição do interesse público aos interesses de certos grupos, na medida em que entregaria o poder de decisão sobre o funcionamento da democracia a indivíduos não eleitos pelo voto popular, mas designados para tal.

De fato, é muito provável que todos os países estejam insatisfeitos em alguma medida com seus sistemas político-eleitorais e que inexista configuração institucional que possa servir como um paradigma a ser perseguido. Parece então possível que a popularidade do tema de uma reforma política guarde relações não tanto com a natureza concreta dos termos em que é usualmente abordada, mas com uma sensação mais difusa de que os partidos e políticos estariam imersos em permanente jogo de interesses escusos, a partir dos quais a busca de benefícios pessoais ou os interesses de

---

<sup>22</sup> A obra em questão se refere ao sistema político eleitoral brasileiro tal qual configurado na época de sua publicação, em 1994. Como não houve mudanças substantivas desde então, suas análises permanecem válidas para o período atual.

determinados grupos suplantaria preocupações com o bem público. Uma reforma política mais ampla surgiria então como símbolo de enfrentamento a uma configuração imoral das instituições democráticas, a qual explicaria, em boa medida, algumas das principais mazelas de nossa sociedade.

Por mais que sua reformulação seja possível, desejável ou mesmo urgente, não existem garantias do caráter essencialmente nefasto do sistema político brasileiro. Embora amplamente difundida pelos meios de comunicação brasileiros atuais e fartamente assimilada e reproduzida pelo senso comum, a ideia de uma oposição intrínseca entre o interesse comum e a política institucional tal qual organizada no Brasil atual permanece carente de comprovação. Mais uma vez, a imoralidade da atividade política parece menos relevante como fenômeno da realidade do que como construção social particular à sociedade brasileira contemporânea. Ou, se quisermos, a rejeição generalizada às instituições e representantes políticos importa menos como evidência de sua crise real do que como marca singular da nossa cultura. Por isso, mais do que avaliar o mérito da pertinência ou não de uma reforma política, interessa a este trabalho notar que a naturalização de sua necessidade pode estar inserida no mesmo conjunto de percepções que fazem da política o lugar por excelência da imoralidade e da corrupção, ao tempo que a alojam na origem de uma série de problemas sociais que integram cadeias causais que conduziriam ao sofrimento humano. A ideia de que a política precisa ser reformada a qualquer custo parece guardar relações, propõe-se, com a noção de que é dela que emana a experiência, tão perturbadora quanto incontornável, da busca por sentidos para a dor dos homens.

### **3.3 Democracia e Participação Digital**

O incremento da participação direta dos indivíduos na política e sua imaginada contrapartida – a redução da soberania das instituições e representantes percebidos antes de tudo como encarnações da imoralidade e do desvio – constitui na atualidade, como se tem procurado sustentar, resposta frequente, por parte de diversos atores, à presença de grandes massas nas ruas de cidades em todo o mundo a partir do ano de 2013. Sintonizados a uma descrença geral na política partidária e nas instituições

democráticas, os argumentos que guindam a participação direta à condição de solução por excelência para distorções que estariam na origem de mazelas sociais que por sua vez infringem sofrimento às pessoas encontram na contemporaneidade um aliado suficientemente poderoso para ressignificar seu principal precedente histórico: a internet.

A ideia de um mundo conectado por uma rede de computadores interligados, definido em larga medida pelas noções de tempo real e acesso virtualmente irrestrito à informação parece ter sido, de acordo com percepção cada vez mais comum, capaz não apenas de devolver as primeiras experiências da política ao debate público, como também de influenciar seu sentido dominante. A Polis Grega já não é mais tão predominantemente vista como uma experiência inaugural de indiscutível valor histórico, mas também de inadequação demográfica e, talvez, obsolescência civilizatória. Antes, a atividade política tal qual realizada na Ágora tem sido, de forma crescente, compreendida como uma espécie de elo perdido, como uma origem a ser retomada e da qual nos teríamos desviado a partir de sucessivos equívocos.

No dia 16 de setembro de 2013, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, forneceu exemplo significativo da mutação histórica e semântica em questão. Ao palestrar para acadêmicos e executivos de diversas áreas, o prefeito adotou como premissa a ideia de que os acontecimentos, muito recentes à época, de junho de 2013 teriam relação não tanto com o contexto do município que governa, mas sobretudo com uma crise política muito mais ampla. Sugestivamente intitulado *Polisdigitocracia*, o pronunciamento de Paes reitera o argumento de que estaria em curso uma grave crise de representação dos indivíduos por parte das instituições e lideranças políticas, cuja solução incontornável seria o retorno às experiências de participação direta a partir de modelos que guardariam maior semelhança com aqueles adotados pelos gregos na antiguidade. De acordo com o Prefeito do Rio, a contemporaneidade abarcaria entre as suas singularidades o questionamento radical de um modelo que conjuga as noções de democracia e representação institucional, o qual teria adquirido o estatuto de crise política a partir da entrada em cena da internet como ferramenta de mobilização. Estaríamos novamente diante da viabilidade de um processo decisório em que cada indivíduo não representaria senão o próprio interesse, o que, segundo Paes, constituiria

evidente avanço. O resgate, por meio do advento da internet, da possibilidade de intervenção direta e pessoal no processo de elaboração de projetos, leis, políticas públicas, gestão de orçamentos, aprovação de contas e diversas outras questões de interesse comum seria o maior ativo de um novo momento político. De forma virtual, o cidadão participante reassumiria o protagonismo que há muito teria perdido para instituições que, hoje, estariam obsoletas. “No lugar de gritar em uma praça”, Paes sintetiza, o sujeito contemporâneo “pode usar o *capslock* no meu facebook”. A possibilidade de permanente expressão virtual libertaria as possibilidades de expressão dos indivíduos, na medida em que livraria a prática da cidadania dos limites introduzidos por período e gesto eleitorais. Da manifestação nas urnas de avaliações pgressas e desejos em relação ao futuro, passa-se à fiscalização, denúncia e interação contínua com representantes do poder público por parte de sujeitos que, organizados pela internet, podem chegar, como aconteceu em 2013, às ruas.

Há na fala de Paes exagero. Por mais relevante que a internet possa ter se tornado como instrumento de mobilização política e por mais central que tenha se tornado a ideia da necessidade de incremento da participação direta dos indivíduos na política, o cenário atual dificilmente poderia ser comparado à experiência dos gregos antigos, a não ser como alegoria ou chave analítica. Por outro lado, há também na palestra proferida pelo prefeito senso de oportunidade em relação à cultura política contemporânea. Articulado a uma singularidade do mundo atual – a presença decisiva da internet nos processos de comunicação e constituição dos sujeitos – o debate acerca da criação de novas formas de participação democrática adquiriria renovada pertinência. No entanto, a argumentação desenvolvida por Eduardo Paes não evita, tal qual boa parte dos meios de comunicação e o senso comum atuais, a produção de uma oposição entre a participação direta dos indivíduos na atividade política e a legitimidade das instituições representativas.

A rejeição absoluta às diversas formas de participação direta dos indivíduos na política seria reducionista, autoritária e antidemocrática. Dificilmente se poderia defender conceitualmente o engessamento da participação da sociedade na política à representação por meio do voto. Menos ainda seria pertinente a adoção de uma tese tão simples quanto a de que a implementação de experiências de democracia participativa

implica por definição a deslegitimação de sistemas eleitorais, instituições e representação política. A demanda, em si mesma legítima e de viabilidade crescente, pela participação dos indivíduos nos processos políticos para além do gesto eleitoral só pode se tornar uma ameaça à legitimidade da representação e das instituições, argumenta-se, caso associada à ideia – amplamente aceita pela opinião pública contemporânea e insistentemente reiterada por um noticiário que insiste em reduzir o debate político a um apanhado de denúncias de corrupção – de que aqueles que detêm a atribuição de representar outros indivíduos encarnam o que existe de mais imoral em nossas sociedades. A democracia participativa só pode passar a se colocar em radical oposição aos governos representativos se compreendida, como frequentemente o é na atualidade, como uma porta de saída para o predomínio de um grupo visto como responsável por uma série de distorções e mazelas sociais e, em última análise, pelo sofrimento humano. Postas em circulação na esfera pública e, de forma destacada, na grande mídia e redes sociais contemporâneas, as narrativas que explicam o sofrimento humano como decorrência da corrupção política guardam parentescos com as de que compreendem a participação direta não como o aprofundamento e pluralização das práticas democráticas, mas como uma alternativa à experiência histórica e existencialmente incontornável da dor.

Em um contexto como esse, o desafio passa então a ser o de como empreender de forma proveitosa a articulação entre a representação de origem eleitoral e aquela que se baseia na participação da sociedade civil. Trata-se de rejeitar o que existe de preconceituoso no discurso que generaliza a corrupção como característica distintiva de toda a atividade política e deslocar a ênfase do aspecto puramente moral da participação direta em direção àquilo que ela pode ter de mais concretamente útil à política contemporânea. Avritzer (2007) apresenta interessantes contribuições nesse sentido. Como exemplo atual da possibilidade de conciliação frutífera entre experiências de representação cuja legitimidade emana das urnas e outras cuja validade tem como origem a participação direta, o autor aponta a da influência crescente e concreta da sociedade civil nas políticas públicas em áreas como saúde, assistência social e urbanismo, além da participação cada vez maior, sobretudo nos governos do Partido dos Trabalhadores<sup>23</sup>, em processos decisórios próprios a instituições públicas

---

23 Avritzer lembra, a título de exemplo, que durante o governo Fernando Henrique Cardoso, os

de grande relevância, como os Conselhos Nacionais. De acordo com Avritzer, não apenas o cenário político do Brasil contemporâneo se faz singular entre outras coisas pela presença de “formatos híbridos”, caracterizados pela presença de instituições que abrigam a participação direta da sociedade civil, como, de forma mais ampla, a questão a ser colocada pela análise política deve ser menos a da preocupação com a legitimidade das novas formas de representação e mais a de como elas podem se complementar positivamente em um sistema político regido por múltiplas soberanias. O futuro da representação eleitoral, resume, estaria cada vez mais ligado à sua combinação com as formas de representação que têm sua origem na participação da sociedade civil.

Os sentidos mais produtivos da participação direta dos indivíduos na política se distinguem, portanto, daqueles que lhes são mais usualmente atribuídos pelo senso comum e por parte da mídia brasileira contemporânea. Em uma cultura que exhibe como particularidade a de, entre outros personagens, necessitar do político corrupto como personagem responsável pelo sofrimento que se necessita equacionar existencialmente e, por consequência, encontra nas instituições nas quais eles atuam arena supostamente propensa à geração da dor que não pode ficar sem explicação, a ideia de uma democracia direta adquire contornos de ideologia na medida em que passa a ser compreendida como moralmente superior à representação eleitoral. A democracia participativa, no entanto, parece mais proveitosa quando compreendida não como oportunidade de afastamento da vilania da vida pública, mas como complemento e reforço das práticas que compõem nosso complexo sistema político.

### **3.4 A Corrupção Segundo a Revista Veja**

O presente capítulo se propõe a visitar debates que se instalaram recentemente na mídia brasileira a partir de suas articulações com algumas das particularidades da cultura política e sociedade contemporâneas. O ponto de partida para cada uma das reflexões empreendidas consiste na impressão de que a corrupção política têm

---

presidentes de conselhos nacionais eram indicados pelo presidente, ao passo que, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, os presidentes de conselhos nacionais passaram a ser eleitos pela sociedade civil.



adquirido crescente centralidade no noticiário brasileiro atual. Os argumentos propostos se ancoram sobre a hipótese de que o ganho de relevo por parte da noção de corrupção da mídia se torna mais significativo não quando interpretado como reflexo do aumento real da corrupção na atividade política – fenômeno de cuja existência não se tem evidência concreta –, mas quando compreendido como elemento distintivo de nossa cultura política e elaborado a partir de suas articulações com características singulares da nossa sociedade. A corrupção política, em suma, teria se alojado no centro de narrativas que, postas em circulação pela mídia, atuam sobre configuração atual dos sentidos preponderantemente atribuídos a questões historicamente relevantes e complexas, como diferentes aspectos das relações entre o Estado e os indivíduos, a negociação entre esforços de garantia à busca privada e o zelo pelo interesse público ou, de forma ainda mais abrangente, a da origem de uma série de mazelas sociais. Ao guindar-se, a reboque de seu protagonismo midiático, ao papel de chave explicativa para uma gama cada vez mais ampla de problemas, a corrupção política se torna uma das respostas privilegiadas por nossa cultura para a questão dos sentidos do sofrimento, incontornável à condição humana.

Para se manterem válidos, no entanto, os argumentos sustentados por esse trabalho precisam sobreviver à possibilidade de sua refutação. Faz-se necessário, por exemplo, ir além da simples intuição decorrente da observação de jornais, revistas, televisões ou redes sociais e procurar atribuir maior solidez à impressão de aumento da relevância da corrupção política como construção social e elemento visível na cena pública. Para submeter a exame o aumento progressivo da centralidade da corrupção como noção a partir da qual se desdobra o debate político e o protagonismo que ocupa em nossa cultura, foram tomadas como objeto de análise as capas da revista *Veja* entre os anos de 1968 e 2013, em um total de 2.346 edições. Cada uma delas foi classificada de acordo com os seguintes critérios: a) se aborda ou não questão política, se a atividade política é de forma mais ou menos direta o tema contemplado pela capa; b) em caso de a capa abordam questão de natureza política, se o faz sob perspectivas mais coletivas ou mais individualizadas, se a capa aborda a política a partir de sua dimensão sistêmica, estrutural, em sua relação com a sociedade ou se, inversamente, a capa se debruça sobre a atuação particular de um personagem do universo político; e c) se aborda ou não formas de corrupção para além da atividade política, mas em espaços

como empresas privadas ou instituições que não integram o âmbito do poder público. É de máxima relevância deixar claro que não figura entre os objetivos deste trabalho o de converter as capas da revista *Veja*, levantadas e classificadas, em insumos que sirvam de base a estudos estatísticos mais aprofundados, mas a de averiguar simplesmente se os dados obtidos desmentem ou não os principais argumentos elaborados ao longo da presente dissertação. A intenção é apenas a de demonstrar que os fatos não são contraditórios com o argumento de que a corrupção política integra de forma cada mais relevante as narrativas a partir das quais a mídia reveste de sentidos a experiência existencial do sofrimento humano.

Em um primeiro momento, o material pesquisado permite constatações de ordem geral. Ao longo de seus quarenta e cinco anos de existência, a revista passou por mudanças significativas tanto no enfoque preponderante de suas matérias quanto na perspectiva a partir das quais trata dos temas que contempla. Se, nas primeiras décadas de sua circulação, predominaram os temas políticos e alusões a questões referentes ao governo do Brasil e outros países, a maioria das capas mais atuais revelam mutações expressivas no que se refere ao tratamento designado a assuntos políticos. Diferentemente do que ocorria nos primeiros anos de circulação da revista, predominam, nas últimas décadas, referências não a problemas estruturais, sistêmicos e coletivos, mas à ação mais particular dos indivíduos que exercem a atividade política. Na esteira dessa tendência, passam a ser mais frequentes na atualidade as capas que abordam a corrupção sob o ponto de vista sobre quem pratica, o político imoral, apontado como vilão contemporâneo por excelência, responsável típico pelo sofrimento do homem de hoje. Vejamos de forma mais detida:

- a) As capas destinadas a temas de teor político são importantes e quase constantes em todo o período analisado, com a exceção, estatisticamente pouco significativa, do ano de 1968, o primeiro da revista;
- b) as capas que contemplam temas ligados à corrupção de ordem não-políticas são pouco relevantes em todo o período;

c) a primeira capa a se dedicar ao tema da corrupção política surge em 1983, período em que o país vivia os primeiros passos da abertura política que sucedeu a ditadura militar;

d) as capas que abordam eventos de corrupção não política são praticamente equivalentes às de corrupção políticas até 1990, ano em que Fernando Collor de Melo se torna presidente do Brasil. A partir de então, o tema da corrupção passa a adquirir importância maior entre as capas do veículo. O ano de 1992, o do impeachment de Collor, é que reúne o maior número absoluto de capas ligadas a eventos de corrupção.

e) é também a partir da era Collor que se nota uma queda da incidência de capas de natureza político-coletiva. Isto ocorre significativamente a partir de 1989, ano em que, internamente, o Brasil lutava para seguir avançando no processo de redemocratização, ao tempo que, externamente, a queda do Muro de Berlim põe fim à Guerra Fria, soterra as aspirações coletivizantes do ideário socialista e abre caminho para a construção da hegemonia do individualismo capitalista;

f) muito embora a predominância das capas de teor político-individual tenha ocorrido pontualmente também nos anos de 1992, 1997, 1998 e 1999, isto ocorre de forma mais sistemática sobretudo a partir de 2005

g) a partir de 1996, as capas abordam a política sob perspectiva da corrupção e as que abordam a política sob perspectivas individuais passam a praticamente coincidir, o que indica de forma expressiva o enquadramento destinado mais recentemente pelo veículo ao debate político.

## **Considerações Finais**

A defesa desta dissertação está agendada para o dia seguinte ao do segundo turno das eleições de 2014. As linhas que se seguem são escritas às vésperas do primeiro turno do pleito. Nesse exato instante, pesquisas de intenção de voto registradas pelos principais institutos do país colocam três candidatos em disputa pela Presidência do Brasil. Como é próprio às contendas eleitorais, o momento é de embates narrativos. Está em jogo, no mínimo, a oportunidade de influenciar a produção de verdades provisórias sobre personagens entre os quais será necessariamente selecionado o protagonista da cena política nacional.

São muitas as narrativas que têm se ocupado do atual contexto eleitoral brasileiro. Nos últimos meses, canais de televisão e emissoras de rádio cederam considerável espaço à propaganda política, enquanto o noticiário foi inundado por reportagens de cunho político, complementadas por análises que articulam os mais diversos aspectos de cada candidatura a prognósticos em relação ao comportamento dos eleitores. Entre os elementos que apoiaram com maior frequência as elaborações político-eleitorais postas recentemente em circulação pela mídia nacional, figuram análises de biografias, trajetórias, realizações, programas, bandeiras e propaganda dos candidatos em disputa, além de seus vínculos com outras figuras públicas e dos possíveis desdobramentos políticos, econômicos e sociais de suas vitórias.

O presente cenário político nacional poderia ainda ser interpretado de maneira diversa. As disputas entre os candidatos à Presidência da República podem ser compreendidas, na linha proposta ao longo de toda esta dissertação, também a partir das relações, mais ou menos diretas, que estabelecem entre a ação política e o sofrimento humano. De fato, por meio das narrativas midiáticas a que se articulam, cada uma das candidaturas em questão endereça de maneira singular a atuação do Estado, atribui maior relevo a alguns problemas em detrimento de outros e privilegia determinadas explicações para o sofrimento, ao tempo que sublinha algumas características particulares à cultura e

moralidade contemporâneas. A atual contenda eleitoral pode, então, ser entendida como uma disputa pela percepção majoritária do estatuto da atividade política e pela seleção das mazelas alojadas predominantemente na origem do sofrimento humano. Ainda uma vez, o confronto eleitoral pode ser interpretado, entre outras coisas, como ocasião de produção e embate de narrativas capazes de revestir o sofrimento humano dos sentidos dos quais a condição humana necessita historicamente. Trata-se, portanto, de considerar o contexto eleitoral também em sua dimensão existencial.

A ex-Senadora Marina Silva se apresenta aos meios de comunicação como representante de uma “nova política”, definida menos por aquilo que afirma do que pela negação de algumas das práticas que caracterizariam a atual conformação da democracia brasileira<sup>24</sup>. No lugar, por exemplo, de, em caso de vitória, se esforçar para compor uma coalização partidária que garantisse sustentação parlamentar ao seu governo, Marina repetiu sucessivamente à imprensa que buscaria não o apoio de instituições e lideranças políticas, mas o das “melhores cabeças do país”. Mais do que implementar uma agenda política, importaria a Marina reformar seu funcionamento, enfraquecer grupos que a dirigem e aposentar alguns de seus principais representantes.

As narrativas que a candidatura de Marina Silva conduz à mídia endereçam o Estado menos como agente do enfrentamento de mazelas sociais e da mitigação do sofrimento e mais como lugar por excelência da imoralidade humana. Antes de colocar a atividade política a serviço da transformação da sociedade, cumpriria renová-la moralmente. O repúdio ao “fisiologismo” ou às “relações clientelistas” entre instituições e lideranças políticas constituiria no mínimo causa tão legítima quanto a redução das desigualdades, o combate à miséria ou a expansão do acesso à serviços básicos. Em sua configuração atual, as instituições partidárias se definiriam sobretudo por um conjunto de práticas corruptas, ilegítimas ou indesejáveis por parte dos indivíduos que a integram. A política não constituiria vetor da redução de problemas sociais que relacionam ao sofrimento humano, mas lugar de vícios que se colocam na origem da dor. Por isso, a boa política, não acima de tudo efetiva, e, sim, “nova”.

---

<sup>24</sup> Entre os elementos a serem em tese renovados por Marina, figuram a lógica segundo a qual o apoio parlamentar ao executivo envolve a negociação de cargos no governo e outros benefícios a integrantes de partidos cujas agendas pouco se assemelham às dos partidos com que se coligam.

Ao tratar alianças partidárias como conluíus entre instituições e lideranças intrinsecamente imorais, as narrativas postas em circulação na mídia a partir da candidatura de Marina Silva sublinham algumas das características que singularizam nossa cultura política. Na medida em que desloca o Estado da condição de possível aliado da atenuação do sofrimento em direção à posição de seu provável causador, “a nova política” composta apartidariamente pelas “melhores cabeças do país” concorre para a despolarização do debate político e se oferece ao eleitorado, de maneira existencialmente eficaz e analiticamente difusa, como alternativa aos desvios que definiriam a democracia brasileira em seu status quo.

As narrativas por meio das quais Marina endereça a relação entre a atuação do Estado e o sofrimento subscrevem o afastamento, crescente nos tempos atuais, dos indivíduos da política. Ao se alinhar à crescente descrença na perduração de nexos entre ideais e instituições, causas e partidos, agendas e lideranças, Marina acena ao eleitor niilista e tira proveito das atuais tendências ao comportamento apolítico. Quando designa centralidade à suspeição da atividade política e busca persuadir o eleitor de que seu governo se distinguiria não tanto por ser melhor, mas menos nocivo às suas vidas do que os anteriores, se apresenta como representante de experiências políticas que, embora pretensamente inovadoras, podem se revelar reacionárias. Na medida em que vilaniza a política em sua configuração atual, Marina substitui os confrontos entre projetos mais à esquerda e à direita, entre agendas redistributivas ou liberais, pela oposição entre representantes políticos e cidadãos de bem. Dessa forma, conclama o engajamento dos desengajados e distancia a política da condição de ferramenta útil à construção efetiva de um mundo melhor.

O Senador Aécio Neves, por sua vez, levou diversas vezes à mídia, entre outros, os compromissos de, caso eleito, “iniciar no Brasil um novo ciclo de desenvolvimento com uma gestão ética e eficiente” e “gastar menos com o governo para gastar mais com pessoas”. Pode-se afirmar, então, que, entre as maneiras por meio das quais o candidato procura se distinguir politicamente de seus adversários, figuram a atribuição à política de uma lógica gerencial e a subscrição ao pensamento econômico liberal em sua conformação atual. Ao fazer tais escolhas, as narrativas midiáticas relacionadas a

Aécio argumentam sentidos particulares para a atividade política e para o sofrimento humano.

O tratamento da política como gestão e o desígnio da eficiência administrativa como uma das virtudes mais desejáveis aos que detém cargos públicos destacados guardam nexos com a redução, própria ao contemporâneo, da relevância do papel do Estado como legítimo representante do interesse público. Com o declínio dos principais projetos políticos de alcance coletivo e o crescente individualismo que distingue nossas sociedades, a política passou a ser compreendida menos como representação, por parte de um conjunto indivíduos e instituições que integram o Estado, de uma coletividade cujo sofrimento se deve atenuar e mais como uma atividade que depende, sobretudo, da competência pessoal de gestores capazes de gerenciar a alocação dos recursos públicos e privados ou constituir governos integrados por técnicos qualificados<sup>25</sup>. O enfrentamento a mazelas sociais que se colocam na origem do sofrimento constituiria não o sentido maior de toda a ação política, mas algo a ser procurado tecnicamente por meio da gestão eficaz de um conjunto programas.

Ao mesmo tempo, a ênfase na ética como atributo de destacada relevância política pode ser compreendida como indício do endereçamento, por parte do Estado, dos indivíduos não tanto como integrantes de uma sociedade cujos desajustes e injustiças engendram problemas sociais que se colocam na origem do sofrimento humano mas sobretudo como consumidores de serviços públicos. A candidatura de Aécio Neves, portanto, fala preferencialmente não a um sujeito comprometido com o bem comum e sim àquele que preza a prestação eficiente de serviços pelos quais é tributado. Quanto mais ético ou menos corrupto é um governo, maiores seriam a chances de obtenção de retorno pelos impostos que se paga.

Ainda, para que a redução de gastos do governo com sua própria estrutura adquira o sentido de abertura de caminho para a geração de benefícios às pessoas, é preciso que se entenda a atividade política como intrinsecamente corrupta e ineficiente. Para tanto, a disponibilização de recursos do Estado a si mesmo deve ser interpretada não como

---

<sup>25</sup> A conversão da promessa de recondução de Armínio Fraga ao Ministério da Fazenda e a reiteração do compromisso de manutenção do Bolsa Família em supostos atrativos eleitorais constituem exemplos significativos da noção de virtude política acalentada pela candidatura de Aécio Neves.

incremento da capacidade do poder público de corrigir distorções, enfrentar mazelas e atenuar o sofrimento humano, mas como abertura de espaço para o favorecimento dos indivíduos e instituições que o constituem. Ao Estado, caberia não o papel de protagonista da provisão de bens de cidadania ou implementação de uma agenda redistributiva e, sim, a condição de ator coadjuvante, encarregado da correção de desajustes próprios à atuação de um mercado elevado à condição de agente econômico principal. Quanto maiores os gastos com o Estado, indicam as narrativas que Aécio Neves apresenta aos meios de comunicação, maiores os obstáculos à ação do mercado e, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico que poderia conduzir à diminuição do sofrimento.

Já a Presidente Dilma Rousseff apresenta aos meios de comunicação como representante da continuidade de um projeto que faz da ampliação do acesso a bens de cidadania, do combate à miséria e da redução das desigualdades sociais suas prioridades políticas e considera o sofrimento humano como problema a ser enfrentado no âmbito do Estado. Reiterados em todas as suas variações pelas narrativas postas em circulação pela mídia a partir da candidatura de Dilma, compromissos como os de, em caso de reeleição, “olhar para os mais pobres” e “governar para quem mais precisa” indicam tendência à interpretação da dor de parte dos homens como algo que concerne a todos, na medida em que se articula com disparidades próprias à sociedade de que todos fazem parte. O governo, na forma de seus líderes e instituições, se apresenta como protagonista da ação política por meio da qual se poderia atenuar o sofrimento das massas.

A compreensão dos encadeamentos causais que conduziriam ao sofrimento e o papel designado ao Estado pela candidatura de Dilma Rousseff convivem, entretanto, de maneira conflituosa com elementos distintivos da cultura política do Brasil atual. O indivíduo contemporâneo parece cada vez menos interessado em apoiar projetos de alcance coletivo e se engajar a si mesmo no apoio a iniciativas que visem à mitigação da dor de terceiros. Ao mesmo tempo, a elevada suspeição em relação à atividade política parece afetar de forma particularmente intensa uma experiência tão marcadamente institucional como a encampada pelo presente governo, desgaste que tende a ser agravado pela passagem do tempo.



Os principais desafios enfrentados pelo projeto do qual Dilma é atual representante se relacionam não ao reconhecimento de seus êxitos políticos e sociais, mas à obtenção de apoio sobretudo entre os que não se beneficiam tão direta ou decisivamente de sua atuação. No contexto atual, a avaliação das virtudes da atividade política muitas vezes não se restringe à consideração, por parte do eleitor, de resultados obtidos concretamente nas áreas a que se atribui prioridade e passa a envolver frequentemente também as características próprias à cultura e moralidade da sociedade como um todo. Dificilmente se poderia, por exemplo, atribuir aos governos que estiveram à frente do país nos últimos doze anos falhas em promover a inclusão social, em contribuir para uma distribuição mais igualitária da renda nacional ou em alçar contingentes significativos de indivíduos a padrões de consumo cujos parâmetros contemporâneos identificam como cidadania.

Antes, os principais revezes narrativos com que a campanha de Dilma Rousseff se vê obrigada a lidar guardam relações com aspectos mais sintonizados às singularidades da cultura política contemporânea. De um lado, a centralidade atribuída à noção de corrupção para a conformação de percepções sobre o comportamento político, o desígnio generalizado de um sentido de imoralidade às suas instituições e representantes e suas interações com a produção de explicações capazes de equacionar existencialmente o problema do sofrimento humano favorecem tanto a circulação quanto a assimilação, por parte do público, de narrativas que se ancoram na noção de que o presente governo seria singularmente corrupto. De outro lado, uma sociedade que sublinha valores individuais parece ter maiores dificuldades em aceitar escolhas econômicas cujo sentido seria o de promover avanços coletivos, como o aumento significativo da renda dos segmentos mais pobres do país, do que em tomá-las como lesivas à atuação do mercado e a interesses privados, mesmo que inexistam evidências de que problemas como a inflação, por exemplo, concorram mais expressivamente para o sofrimento humano do que outros, como a miséria.

O problema do sofrimento é, como se vem argumentando ao longo deste trabalho, o da elaboração de sentidos que o tornem existencialmente tolerável. A política constitui arena privilegiada à conformação de explicações que atendem à produção de narrativas que autorizem o domínio causal da dor. Torna-se então possível entender contextos

eleitorais como disputas entre os alcances existenciais de explicações políticas para a origem do sofrimento humano.

As narrativas midiáticas colocadas em circulação a partir de cada uma das candidaturas atualmente em disputa pela presidência do Brasil mobilizam sentidos distintos em relação à experiência do sofrimento. Em poucos dias, teremos indícios sobre que conjunto de ideias é capaz de tornar menos angustiante a estadia do eleitor brasileiro no mundo.

## Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz?*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo. Cia das Letras: 1999.

\_\_\_\_\_. *Sobre a Revolução*. São Paulo. Cia das Letras: 2011.

ARROW, Kenneth Joseph. *Economic Welfare and the Allocation of Resources for Inventions*. NBER Chapters, in: *The Rate and Direction of Inventive Activity: Economic and Social Factors*. Princeton: Princeton University Press, 1962.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 3, 2007, pp. 443 a 464.

AVRITZER, Leonardo, e FILGUEIRAS, Fernando (Orgs). *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BOIX, Carles. *Democracy and Redistribution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BOLTANSKI, Luc. *Distant suffering: morality, media and politics*, Cambridge University Press, 1999.

DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. *Retorno: máscaras institucionais do liberalismo oligárquico*. Rio de Janeiro: Ópera Nostra Editora, 1994.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

EDGEWORTH, F.Y. *Mathematical Psychics: an Essay on the Application of Mathematics to the Moral Sciences*. Londres: Kegan Paul, 1881.

EHRENBERG, Alain. *L'individu incertain*. Paris: Hachette, 1995.

FIELD, Syd. *Manual do roteiro: os fundamentos do texto cinematográfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

HACKING, Ian. Risk and Dirt. In: DOYLE, Aaron; ERICSON, Richard. (Org.) *Risk and Morality*. Toronto, University of Toronto Press, 2003.

GARLAND, David. *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society*. University of Chicago Press, 2001.

GAUCHET, Marcel. *A democracia contra ela mesma*. São Paulo: Radical Livros, 2010.

GROSECLOSE, Timothy. A Model of Candidate Location When One Candidate Has a Valence Advantage. In: *American Journal of Political Science*, n 45, p. 862-886, 2001.

GUSFIELD, Joseph R. *The Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order*. Chicago, Ill.: The University of Chicago Press, 1981.

LANZMANN, Claude. *Shoah. Vozes e Faces do Holocausto*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. *É isto um homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

MACIEL, Luis Carlos. *O poder do clímax: fundamentos do roteiro de cinema e TV*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MANIN, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*, em Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, ano 10, outubro de 1995, São Paulo.

MARSHALL, Alfred. *Principals of Economics*. Londres: Macmillan and Co., 8ª edição, 1920.

MCKEE, Robert. *Story: substância, estrutura e os princípios da escrita de roteiros*. Curitiba: Arte & Letra, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

PREBISCH, Raul. *Towards a Dynamic Development Policy for Latin America*. New York: United Nations, p. 75, 1963.

REIS, Elisa. *Percepção da elite sobre pobreza e desigualdade*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais v.15, n. 42. 2000.

ROSANVALLON, Pierre. *Le Contre-Démocracie*. La politique a l'âge de la défiance. Paris: Seuil, 2006.

ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corruption and Government: Causes, Consequences and Reform*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul. *Natura facit saltum: Analysis of the Disequilibrium Growth Process*. In: G.M Meier e D. Seers (eds) *Pioneers in Development*, p 207-221. Oxford: Oxford University Press, 1984.

STOKES, Donald. *Spatial Models of Party Competition*. American Political Science Review, p. 368-377, North Texas University Press, 1963.

TAYLOR, Charles. *A Secular Age*. Massachusetts: Harvard University Press, 2007.

THOMPSON, John B. *Political Scandal: Power and Visibility in The Media Age*. New York: Columbia University Press: 2000.

VAZ, Paulo. A vida feliz das vítimas. In FREIRE FILHO, João. *Ser feliz hoje:*

reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. Risco e Retórica das Imagens de Sofrimento. Belo Horizonte: Revista Devires, 2011.

VAZ, Paulo; RONY, Gaëlle. *Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais*. Mídias. Revista FAMECOS. Porto Alegre, v. 18, n. 1. 2011.

VILAIN, Jean-Pierre; e LEMIEUX, Cyrill. *La mobilisation des victimes d'accidents collectifs. Vers la notion de 'groupe circonstanciel'*. Politix, 11 (44). 1998.

WAILOO, Keith. *Pain: a Political History*. Maryland: Johns Hopkins University Press, 2014.

WIESEL, Elie. “*Por que eu escrevo?*” Nelson Vieira (Ed). *Construindo a imagem do judeu: algumas abordagens teóricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

## Anexo - A corrupção segundo a revista Veja

